

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

BRUNA BREDÁ BIGOSKI

DOMINGOS JOSÉ MARTINS: A INVENÇÃO DE UM HEROI PARA OS
CAPIXABAS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO
SANTO

VITÓRIA

2018

BRUNA BREDABIGOSI

**DOMINGOS JOSÉ MARTINS: A INVENÇÃO DE UM HEROI PARA OS
CAPIXABAS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO
SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

VITÓRIA

2018

BRUNA BREDÁ BIGOSSÍ

**DOMINGOS JOSÉ MARTINS: A INVENÇÃO DE UM HEROI PARA OS
CAPIXABAS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO
SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

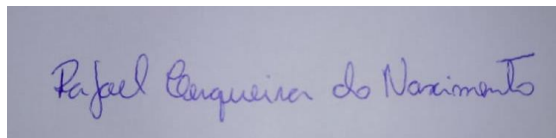
Comissão examinadora:

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Orientador

Profa. Dra. Maria Beatriz Nader

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Examinadora Interna



Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento

Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes *campus* Guarapari
Examinador Externo

Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão

Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes *campus* Cariacica
Examinador Externo

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Michele Rodrigues da Silva – CRB-6 ES-000630/O

Bigossi, Bruna Breda, 1995-
B594d Domingos José Martins : a invenção de um herói para os
capixabas no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo /
Bruna Breda Bigossi. – 2018.
103 f. : il.

Orientador: Ueber José de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Martins, Domingos José, 1781-1817. 2. Instituto Histórico e
Geográfico do Espírito Santo. 3. Heróis. 4. Historiografia – Brasil.
I. Oliveira, Ueber José de, 1981-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 93/99

Dedico este trabalho à minha família, especialmente aos meus avós, Maria de Lourdes Gonçalves Breda e Olindo Joaquim Breda, e meu irmão, Daniel Breda Bigossi - as pessoas que dividem comigo sob o mesmo teto o seu dia-a-dia, vivendo os dilemas e as alegrias no espaço que conhecemos como lar. Peço perdão pelos acessos de ansiedade e/ou fúria e/ou impaciência que tive durante a produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Todos nós sabemos que o Brasil passou por grandes turbulências durante esses dois últimos anos – o que me fez (e nos fez) acompanhar as notícias por mais tempo que o necessário. Foram muitos os momentos em que ficamos boquiabertos em frente à televisão ou ao computador devido a tantas notícias, uma mais inacreditável que a outra. Lembro-me que no início do curso de Mestrado, foi difícil conciliar as disciplinas com os jornais, e aqui estou em 2018 entregando este trabalho num ano que promete ser tão turbulento quanto 2016 e 2017. Mas, sempre chega o momento de dar pausas em determinados assuntos para colocar o ponto final nos compromissos assumidos, porque a vida tem que seguir, e a nossa missão, ser cumprida.

Foi tudo muito difícil durante a confecção deste trabalho, a pesquisa foi muito, muito solitária. Mas *agradecer* é um verbo de significado muito forte nesta minha vida, pois tenho o privilégio de contar com muitas pessoas maravilhosas ao meu redor -“aos trancos e barrancos, lá vou eu/ e sou feliz e agradeço/ por tudo o que Deus me deu”.

Primeiramente agradeço a Deus por tudo, mas principalmente porque sei que mesmo não sendo possível compreender toda a sua vontade, preciso Dele para trilhar os caminhos da vida. Nos momentos de desespero, quando a inspiração para escrever me faltava, era após uma oração ao seu doce nome que eu conseguia ter forças para não desanimar. Obrigada por me iluminar, querido mestre.

Meus avós, Maria de Lourdes Breda, Olindo Joaquim Breda, Maria de Lourdes Bigossi e Alarico Bigossi (em memória), obrigada por serem minhas raízes. Aos dois primeiros, obrigada pelas oportunidades que me proporcionaram e proporcionam, por serem meu chão e meu teto - e como eu li em algum lugar na *internet*: um avô e uma avó deixam qualquer anjo da guarda desempregado.

Meus pais, Patrícia Breda Pimenta e José Henrique Bigossi, obrigada por me darem a vida. Espero que eu possa honrá-los e corresponder por todos os dias da minha

vida as expectativas e sonhos que a mim depositaram desde quando eu estava sendo gerada. Mesmo que a vida tenha nos separado fisicamente, sei que vocês nunca deixaram - cada um a seu modo - de manifestar seu amor incondicional e me dar bons conselhos.

Meus tios, Fabrício Breda e Jonas Breda, obrigada por serem desde sempre meus tios e amigos, pela oportunidade de trabalhar – e aprender dentre tantas coisas, o valor do trabalho – durante a realização dessa dissertação na Marmoraria Breda. Tia Juliana Magalhães, obrigada pelo carinho e principalmente, ouvidos atentos a me ouvir a sempre e a qualquer momento.

Meus irmãos, Aislan Bigossi, Daniel Breda, Elisa Bigossi e meus primos, Pedro Luís Breda e Lina Breda, agradeço pela companhia e confiança. Aos mais novinhos, que este despretençioso trabalho possa lembrar a vocês de que estudar é importante; no entanto, não esqueçam de que quanto mais a gente estuda, menos sabe.

Meu orientador, Ueber José de Oliveira, por ter sido a peça fundamental para a minha entrada e perseverança no mestrado. Nesta altura do campeonato não sei se pretendo continuar na vida acadêmica, mas saiba que durante esta experiência, tudo parecia ser mais simples com a sua orientação. Sua trajetória e humildade me inspiram, por isso espero ter o privilégio de manter nossa amizade pelo resto da vida. Me desculpe pelas falhas e muitíssimo obrigada pela compreensão - aproveito este parágrafo para estender o agradecimento ao professor Valter Pires Pereira, que deu início à essa geração terminada em mim, professor querido e marcante na minha formação.

Aos que entraram na minha vida e me fazem lembrar que precisamos estar dispostos a aceitar e acolher sempre com muito respeito e carinho: meu padrasto Joel Nunes Pimenta, minha madrastra Neusiane Bindeli Bigossi, minha tia Cephora Gomes Breda e a amiga Alessandra (Sandra) Santos. Aos amigos de perto e de sempre, e especialmente ao que esteve mais perto durante as angústias da escrita, Bruno Nascimento – meu amigo, não tenho palavras para agradecer todo o apoio durante esses dois anos.

Aos professores doutores que compõem a banca, Maria Beatriz Nader (para mim, carinhosamente, Bia), Rafael Cerqueira do Nascimento e Leandro do Carmo Quintão, obrigada por terem aceitado o convite e pela disponibilidade em avaliar o resultado da minha pesquisa.

RESUMO

Domingos José Martins foi um dos líderes do evento conhecido pela historiografia brasileira como Revolução Pernambucana, ocorrida em 1817. Em 1916, quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ele foi alçado à condição de herói capixaba e patrono desta instituição, em um momento da história do Brasil, no qual o surgimento de mitos e símbolos foi importante para legitimar o regime republicano. Diante disso, a intenção desta dissertação é apresentar a criação deste personagem como herói, passando pelas interpretações da Revolução na historiografia do século XIX, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, finalmente, no Instituto Capixaba por meio de sua Revista. É importante, neste trabalho, mostrar como certos personagens históricos podem ser manipulados ao longo do tempo para justificar ou reforçar ideias de restritos grupos sociais a fim de servir como lições ou modelos para a sociedade, seguindo as ideias de José Murilo de Carvalho e Armelle Enders. Para corroborar esta hipótese, será utilizado o exemplo de Martins, que teve em si reunido características que serviram para representar e ao mesmo tempo projetar um passado republicano e glorioso para os capixabas - neste sentido, este trabalho se vincula a chamada guinada crítica à historiografia capixaba.

Palavras-chave: Domingos José Martins. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Herói. História da Historiografia Brasileira.

ABSTRACT

Domingos José Martins was one of the leaders of the Pernambucan Revolution, that took place in the province of Pernambuco, Brazil, in 1817. In 1916, year that the *Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (IHGES) (Historical and Geographical Institute of Espírito Santo) was founded, Domingos Martins was granted the status of a *capixaba* (from Espírito Santo) hero and patron of this institution in a moment of the Brazilian History when the election of local myths and symbols were important to legitimate the republican regime. Given that, this dissertation aims to trace the Domingos Martins' depiction as a hero throughout the nineteenth and early twentieth century in the disciplinary historiography and on the *IHGES* and on its review. It is important, on this work, to point out how some historic characters' images can be manipulated over the time to justify or reinforce certain ideas of restricted social groups and in order to provide lessons or society models, as articulated by José Murilo de Carvalho and Armelle Enders. To back up this hypotheses, Martins' case is exemplar as it gathers the characteristics that served to represent and at the same time project a glorious and republican *capixaba* past – in this sense, this work relates itself to the critical turn in the capixaba historiography

Keywords: Domingos José Martins. Historical and Geographical Institute of Espírito Santo. Hero. History of Brazilian Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: OS INTELLECTUAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A FUNDAÇÃO DO IHGES	26
1.1 – História e Política no alvorecer da República: uma mesma vocação	27
1.2 - Os sócios-fundadores, um perfil sócio-político: os letrados participam da vida política capixaba	32
CAPÍTULO 2: DOMINGOS JOSÉ MARTINS: A “REVOLUÇÃO” PERNAMBUCANA DE 1817 E REPRESENTAÇÕES EM LOUIS FRANÇOIS TOLLENARE, PADRE JOAQUIM DIAS MARTINS E MUNIZ TAVARES	47
2.1 – Aspectos gerais da Revolução Pernambucana de 1817	51
2.2 – Notas <i>dominicaes</i> , de Louis-François Tollenare.....	53
2.3 – Os mártires pernambucanos, de Joaquim Dias Martins.....	59
2.4 – História da Revolução de Pernambuco em 1817, de Francisco Muniz Tavares	63
CAPÍTULO 3: A EMERGÊNCIA DO HEROI REPUBLICANO: DOMINGOS JOSÉ MARTINS NAS PÁGINAS DA RIHGES	70
3.1 - A recepção da Revolução Pernambucana na criação do IHGES: a invenção de um heroi republicano e capixaba	72
3.2 - Páginas de enaltecimento: Domingos José Martins na RIHGES	79
3.3 - Outros mitos na historiografia capixaba - um estado vitimizado	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: <i>Diário da Manhã</i> , 8 de junho de 1916, capa	17
FIGURA 2: Capa do <i>Diário da Manhã</i> , de 22 de janeiro de 1916.	41
FIGURA 3: Brasão de armas do Estado do Espírito Santo.	43
FIGURA 4: Capa da RIHGES, n.1.....	76
FIGURA 5: Capa da RIHGES, n.31/33.....	78
FIGURA 6: Imagem de Domingos José Martins	81
FIGURA 7: Soneto do Patriota.....	82
FIGURA 8: Monumento a Domingos José Martins localizado no Centro de Vitória ...	83
FIGURA 9: Monumento a Domingos José Martins na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Sócios-fundadores do IHGES 34

QUADRO 2: Procuradores-gerais do estado do Espírito Santo 37

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Profissão-ocupação dos membros.....	36
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGES – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

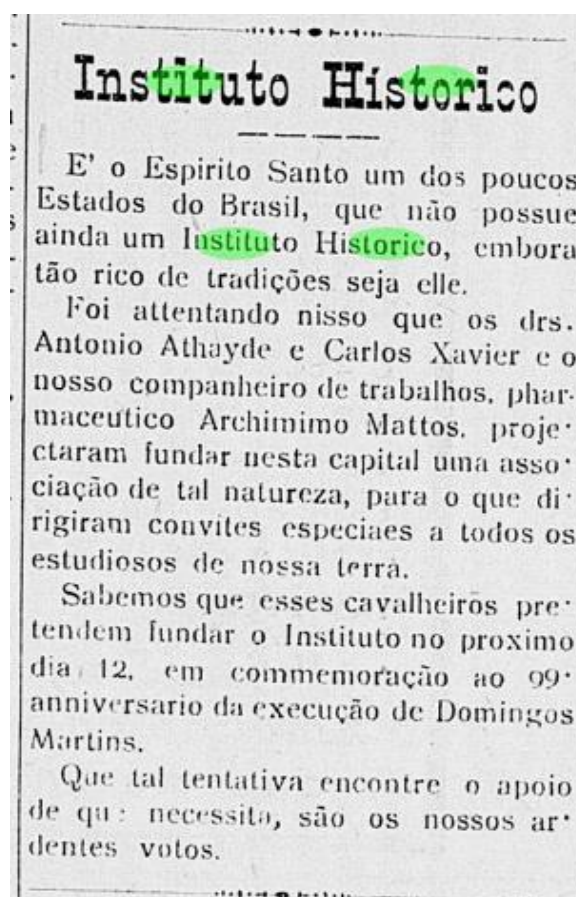


FIGURA 1: *Diário da Manhã*, 8 de junho de 1916, capa. **Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A imagem acima é um fragmento do periódico capixaba *Diário da Manhã*. Nele, aparece pela primeira vez uma menção acerca da fundação de um instituto histórico para o estado do Espírito Santo, que, apesar de palco de dinâmicas políticas e sociais desde a Colônia – inicialmente habitado por indígenas, dividido pelo sistema de Capitâneas Hereditárias, desenvolvido sob trabalho escravo, catequizado pelos jesuítas – semelhante ao restante do litoral brasileiro, era um dos poucos estados que ainda não possuía uma instituição desse molde.

É simbólico, interessante e até revelador que a escolha desta data para fundar o local destinado a promover a escrita da história oficial de um estado “tão rico de tradições”, seja justamente no dia em que se celebraria a morte de Domingos José Martins. Personagem razoavelmente conhecido pelos capixabas e desconhecido por boa parte dos brasileiros, ele parece sintetizar, ao menos para os fundadores do IHGES, o espírito de uma identidade histórica republicana – que será melhor explicada no decorrer da dissertação. Por que não Maria Ortiz, que segundo o dito popular, com bravura de uma mulher ousada para seu tempo expulsou holandeses a baldes de água quente; ou José de Anchieta, o padre jesuíta que marcou seus passos de Vitória à cidade que atualmente leva seu sobrenome? -

vale ressaltar que Domingos Martins também dá nome a um município capixaba. Em suma, é possível encontrar no imaginário popular capixaba e na história brasileira no início do século XX outros nomes possíveis de serem homenageados.

Mas por que a escolha recaiu sobre a figura de Domingos José Martins?

Em torno da ligação simbólica deste personagem com o passado capixaba, surgem questões relevantes para se compreender a institucionalização da história do Espírito Santo promovida pelos membros do IHGES, questionamentos tais que pretendo responder ao longo desta pesquisa.

Assim, volto ao caso dos institutos históricos e geográficos,¹ pois muitas são as pesquisas acerca dessas instituições e de temas a elas relacionadas, podendo-se destacar dois historiadores pioneiros – os quais a presente dissertação utilizará como aportes historiográficos –, considerados referências que influenciaram e influenciam pesquisadores que se debruçam sobre este assunto. A primeira trata-se de Lúcia Maria Paschoal Guimarães,² que se dedica desde a década de 1980 a estudar a dinâmica do IHGB e a produção histórica na RIHGB. Sua tese principal é a de que este instituto foi responsável por produzir, além de uma História, uma *memória nacional*.³ Para ela ainda, esse lugar foi expressão de uma *société savante* do século XIX, ou seja:

organizações [...] formadas por homens de notório saber e talento, que se reuniam para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes [...] Essas instituições normativas surgiram na Europa do século XVII, ao lado das academias nacionais. Multiplicaram-se ao longo do século XVIII, floresceram e cumpriram papel relevante no panorama cultural do XIX. Para se ter uma idéia, na França, entre 1830 e 1870, estabeleceram-se oitenta e três sociedades, das quais quarenta eram voltadas para estudos históricos e arqueológicos.⁴

¹ Antes do surgimento da história acadêmica no Brasil, ou seja, aquela vinculada à criação dos cursos e da pesquisa histórica nas universidades coube ao IHGB e aos institutos históricos provinciais (depois estaduais) a tarefa de escrever a história do passado, tanto da nação quanto de sua região.

² Lúcia Guimarães é Professora Titular de Teoria da História na Uerj e é a maior referência nos estudos sobre o IHGB. Dentre seus textos, destaco: **Da Escola Palatina ao Silogeu**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007 e **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011.

³ Numa entrevista concedida a Valdei Araújo, ela diz: “Ele não produz uma história. Ele produz uma memória [...] Era uma história-memória. O que faziam os fundadores do IHGB? Estavam organizando os materiais, estavam dando as orientações. [...] Era uma nação que tínhamos que construir. Para isso, tinham que dotá-la de um passado comum; criar na população o sentimento de pertencimento.” In.: ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lúcia Maria Paschoal Guimarães. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.3, 2009, p. 250-1.

⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, Uberlândia, n. 25, 2012, p. 39.

Outra referência é Manoel Luiz Salgado Guimarães,⁵ considerado o fundador do campo de estudos de História da Historiografia Brasileira. O historiador entendia o IHGB como *lugar* de produção histórica, aos moldes de Michel de Certeau.⁶ Os dois pesquisadores entendem que a história elaborada nesses institutos buscava ver na recém-independente nação mais continuidades do que rupturas com Portugal; ali “[...] forjou-se, ainda, o conceito de que a passagem do estatuto de colônia para o de país independente foi um processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rupturas [...]”,⁷ e que “[...] a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa [...]”,⁸ com o propósito de manter o grande território uno e centralizado sob os auspícios de Dom Pedro II.

Coloco em debate outra autora, Lilia Schwarcz, que também entende o instituto brasileiro como os dois anteriores. Para ela, o IHGB

[...] cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.⁹

Minha pesquisa, portanto, se dedica a análise de um desses institutos, o IHGES, com ênfase na construção do personagem Domingos José Martins como um herói de caráter republicano, representando os anseios do grupo que deste instituto faziam parte. O trabalho que está sendo apresentado nesta dissertação pretende preencher uma lacuna na historiografia capixaba, pois o IHGES permanece à espera de estudos históricos mais críticos (no bom sentido da palavra - se for feita uma comparação com o IHGB, por

⁵ Falecido em 2010, foi professor de Teoria da História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A respeito de suas contribuições para o campo, a revista História da Historiografia publicou um dossiê em sua homenagem no ano de 2013. Alguns textos são: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um mestre de rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 144-153, 2013 e TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 144-153, 2013. Para ler o autor, destaco as seguintes referências: SALGADO GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.391-413, 2000; Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In.: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

⁷ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011, p. 83.

⁸ SALGADO GUIMARÃES, Nação e civilização nos trópicos... *Op. cit.*, p. 6.

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 129.

exemplo, que já foi fartamente estudado).¹⁰ O desejo é que este texto abra portas para que outros historiadores, especialmente vinculados à universidade, possam me acompanhar nesta jornada.

Elenco agora alguns estudos que possuem o IHGES como objeto de análise ou que ofereçam alguma abordagem sobre ele. Embora enfatizando vida e obra da intelectual Maria Stella de Novaes, Juçara Luzia Leite dedicou um capítulo em sua tese de doutorado defendida junto a Universidade de São Paulo em 2002, a apresentar alguns aspectos da elite intelectual capixaba que marcava presença no IHGES.¹¹ Encontrei também uma pequena reflexão dedicada ao instituto na dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Espírito Santo por Fernando Achiamé, que atualmente faz parte da diretoria da instituição e membro assíduo nas reuniões e eventos.¹²

A dissertação está dividida em três capítulos: *Os Intelectuais na Primeira República e a Fundação do IHGES*; *Domingos José Martins: a Revolução Pernambucana de 1817 e Representações em Louis-François Tollenare, Joaquim Dias Martins e Muniz Tavares*; e *A Emergência do Heroi Republicano: Domingos José Martins nas páginas da RIHGES*.

No primeiro, vou discutir a relação entre a fundação do instituto e o papel dos intelectuais na Primeira República, tendo sempre como ênfase o caso capixaba. Apresentarei informações, por meio de gráficos e tabelas, sobre os 41 primeiros sócios e os três sócios-fundadores – Antônio Francisco de Athayde, Archimimo Mattos e Carlos Xavier Paes Barreto –, para construir um perfil sócio-político destes homens que despontaram como a expressão pública da instituição IHGES. Quem eram essas pessoas e o que elas faziam é o que pretendo responder.

O personagem feito mito me trouxe a hipótese de que o IHGES foi criado sob orientação republicana, já que a Revolução de 1817 teve forte conteúdo antimonárquico,

¹⁰ Os estudos mais conhecidos dedicados ao IHGES são de autoria de Getúlio Marcos Pereira das Neves, atual presidente. Ver: NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003; **Para que tantas gerações não passem quase obscuramente**: reflexões sobre o IHGES. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2014; **Estudos de cultura espírito-santense II**: de livros, leituras e leitores. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo: Vitória, 2016.

¹¹ Cf. LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. 2002. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

¹² Cf. ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**: elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 197-201.

separatista, e obviamente, republicano - no primeiro número da RIHGES, inclusive, Domingos Martins é chamado “martyr da república”. O elemento republicano está também presente nas vinculações entre os sócios-fundadores e a família Souza Monteiro, oligarquia que governou o estado a partir de 1912, a partir da eleição de Jerônimo Monteiro. Em 1916, quando da fundação, o governador era seu irmão Bernardino de Souza Monteiro, que participou da sessão de fundação do instituto, bem como vários de seus aliados.

Inicialmente previa-se a utilização do método *prosopográfico* a fim de construir uma grande *biografia coletiva* dos sócios-fundadores. Contudo, diante das dificuldades encontradas para localizar informações mais detalhadas e do tempo designado para produzir uma dissertação de mestrado, fiz o que foi possível: traçar um perfil sumário, mas não menos importante, das *elites* envolvidas na fundação do instituto. Afinal, como aponta Flávio Heinz:

[...] um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros.¹³

Ou seja, com esses dados mais elementares já foi possível responder as duas questões lançadas neste capítulo: quem eram essas pessoas e o que elas faziam. Cabe lembrar que a aplicação do método *prosopográfico*, conforme salienta o historiador inglês Lawrence Stone em artigo de 1971,

[...] é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante [...].¹⁴

Mesmo não sendo meu objetivo fazer um aprofundamento da aplicação da metodologia *prosopográfica*, tendo em vista que o foco do meu estudo é uma análise *historiográfica* do instituto e não exatamente o grupo em torno dele, é importante mencionar este método, pois se trata de um caminho indispensável para aquelas pessoas que pretendem estudar as relações entre indivíduos e grupos de poder. Minha pesquisa, por sua vez, buscará em informações obtidas em alguns periódicos dos primeiros anos do século XX e na RIHGES, apenas identificar esses homens da elite, de modo que eu apenas

¹³ HEINZ, Flávio (org.). **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

¹⁴ STONE, Lawrence. *Prosopografia*. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 39, p. 115, 2011.

reivindico a importância da prosopografia e me aproprio de uma parte de suas ferramentas.

Portanto, surge deste capítulo inicial, a partir das considerações desenvolvidas, uma pergunta: seria Domingos Martins representante dos valores destas lideranças da Primeira República capixaba? É o que começo a responder desde o segundo capítulo, no qual examino como este personagem foi interpretado por três textos do século XIX que narraram a Revolução Pernambucana. Neste capítulo, além dos autores que o intitulam, dialogo com a produção do IHGB naquele período e com pesquisas recentes sobre a Revolução, visto que em 2017, ano passado, foi o bicentenário deste evento.

Ainda neste capítulo também mostro que Domingos Martins era considerado importante para o Espírito Santo antes mesmo da fundação do instituto. No artigo de Lúcia Guimarães,¹⁵ *Primeiro Congresso de História Nacional, breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*, podemos ver, por exemplo, a apresentação de um estudo sobre a biografia de Domingos Martins pelo deputado capixaba, Marcílio Teixeira de Lacerda em 1914, ou seja, dois anos antes da fundação do IHGES. Este congressista também propôs a construção de uma estátua de Domingos Martins esculpida em bronze, que comentarei em outro momento durante o trabalho.

Após esta discussão no século XIX, analiso no terceiro capítulo a importância dos heróis no alvorecer da República - utilizando como referências os autores José Murilo de Carvalho e Armelle Enders – e usando como exemplo a invenção do herói Domingos José Martins para o estado do Espírito Santo nas páginas da RIHGES - o meio de divulgação das ideias do instituto. Esta revista é composta por 70 números e neles analisei as ocorrências mais relevantes do nome Domingos José Martins até o ano de 2016, no caso: homenagens, cronograma de festas, imagens, entre outros.

Escolhi a RIHGES como fonte, pois ali estão os textos que contêm as interpretações do herói produzidas no interior do instituto. Ou seja, ela é o elemento primordial para a compreensão da narrativa histórica praticada neste espaço. Assim, pensando as revistas como objeto de estudo para um trabalho de historiografia, concordo com Ana Luiza Martins, pois segundo a qual:

[...] a revista é gênero de impresso valorizado, sobretudo por “documentar” o passado através de registro múltiplo [...] a constância do uso de revistas como

¹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 167, 2005.

fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo – vale dizer, no imaginário construído em seu tempo, não iluminam suficientemente o passado. *A pertinência desse gênero de impresso como testemunho de período é válida, se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, sobretudo, da natureza dos capitais nele envolvidos.*¹⁶

Partindo destas considerações, ao considerar a RIHGES e seu conteúdo como fonte, estou afirmando que esses elementos possuem historicidade, e me dão a possibilidade de produzir um trabalho de História da Historiografia. Junto a esta constatação, somo a contribuição de Salgado Guimarães, que atenta para o fato de que todo trabalho de história da historiografia é elaboração de uma *memória disciplinar*, ou seja, “[...] uma memória que, em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado”,¹⁷ ou seja, um trabalho que classifica e interpreta determinados textos escritos no passado – não como forma de impor a visão contemporânea à narrativa analisada, mas para compreender sob que condições eles foram produzidos e o que pretendiam fornecer aos leitores.

O estudo pretendido dos textos referentes à Domingos Martins existentes na revista do IHGES pode ser classificado no que se convencionou a se chamar história da historiografia, campo privilegiado de atuação tanto de Manoel Salgado Guimarães quanto de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, desenvolvido no Brasil em meados dos anos 1980. No entanto, acredito que meu trabalho se aproxima mais do que propõe Lúcia Guimarães, pois procuro aliar à análise historiográfica, a história política, como pretendida no primeiro capítulo e nas discussões iniciais do terceiro, quando explico, por exemplo, a mobilização de símbolos para fundamentar o regime republicano.

Ainda sobre o campo da história da historiografia, coube mais recentemente a Valdeci Lopes de Araújo o papel de acentuar a necessidade de defesa dos estudos de história da historiografia, reafirmando a importância do campo, pois para ele:

uma história da historiografia como analítica da historicidade não pode se limitar a uma história da ciência histórica. Uma analítica da historicidade deverá investigar as condições, formas e funções das “aberturas historiográficas da história”, e essas aberturas são sempre produzidas em uma tensão entre suas condições estruturais e os eventos. Assim, tal analítica teria como uma de suas principais funções [...] colaborar para recolocar o historiador frente ao fenômeno da história por meio da desnaturalização das representações e objetos históricos

¹⁶ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922). São Paulo: Edusp: Fapesp, 2008, p. 21, *grifo nosso*.

¹⁷ Cf. TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 79, 2013.

que se acumulam como resultado da própria ciência; lembrar, enfim, ao historiador que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história.¹⁸

Ou seja, entende-se que não significa somente estudar textos de história escritos no passado, mas também e principalmente, desnaturalizar a ideia de que as histórias se acumulam com o passar do tempo e que cada versão é como uma camada sobreposta à outra. Cada texto histórico é fruto de seu tempo, de seus questionamentos e dos grupos aos quais seus autores pertenciam. Para Jurandir Malerba, este campo, além de necessário, é legítimo:

A fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração [...] A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em novas descobertas documentais e/ou alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica. Nessa brecha se instaura a história da historiografia como ramo legítimo do conhecimento histórico.¹⁹

A história da historiografia é, portanto, dinâmica, porque permite que os historiadores façam a crítica do que foi produzido como história, abrindo assim, espaço para que a História seja primordialmente um exercício de constantes descobertas, ampliando as possibilidades de interpretação.

No caso desta pesquisa, o uso da história da historiografia é imprescindível para investigar as diferentes interpretações de Domingos Martins – seja por escritores pernambucanos, seja por historiadores ligados ao imperador, seja no século XX quando da fundação de um instituto histórico – e quem eram as pessoas que produziam essas histórias.

A investigação das narrativas neste trabalho segue, ainda, o autor Michel de Certeau: a história é uma prática dotada de escolhas que levam a uma escrita, sempre produzida a partir de um determinado lugar - que neste caso é o IHGES. E “[...] é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de

¹⁸ ARAUJO, Valdei. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 12, p. 42, 2013.

¹⁹ MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria da história e a história da historiografia**. 2.ed. Curitiba: Prismas, 2016, p. 25.

interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.²⁰

É importante também diferenciar o perfil das revistas de história, que é o caso da RIHGES. O surgimento deste tipo de revista não foi apenas para divulgação de artigos de opinião como numa revista destinada ao público leigo; surgiu no âmbito universitário como meio de divulgação de ciência. Para Olivier Dumoulin,:

El nacimiento de la historia científica y universitaria en el siglo XIX es inseparable de la aparición de las primeras revistas que, a la manera de la *Historische Zeitschrift* (1856) o de la *Revue Historique* (1876) fijan las reglas y el método de la historia <positivista>. La fundación, poco tiempo después, de la *English historical review* (1886) o de la *Rivista storica italiana* (1888) confirma esta relación entre el nacimiento de una historia científica y la aparición de las grandes revistas históricas nacionales.²¹

Como se pode ver, o surgimento das primeiras revistas históricas estiveram aliadas ao surgimento das escolas históricas. Desse modo, lançando luz às revistas dos institutos históricos brasileiros, dou o exemplo do IHGB, fundado em 1838 e que criou sua revista em 1839. Além de ser a primeira revista brasileira, tornou-se um espaço no qual foi posto em funcionamento mecanismos para se construir uma memória da identidade política (e histórica) da nação. E o êxito foi alcançado, pois muito do que se perpetuou nesta revista permanece bem forte na história do Brasil, como por exemplo, a ideia de que o Brasil é uma mistura de “três raças”. Foi por meio de um concurso do IHGB, vencido por Von Martius, que esta ideia foi lançada, publicada e até hoje repetida.

Para demonstrar a importância da revista, Lúcia Guimarães narra uma passagem na qual o escritor Machado de Assis anuncia, em 10 de julho de 1864, no *Diário do Rio de Janeiro*, o lançamento do tomo XXVII da *Revista Trimestral do Instituto Histórico*: “A coleção das revistas do Instituto é uma fonte preciosa para as letras e para a ciência, uma obra séria e útil”.²² Podemos perceber por este trecho o reconhecimento da importância deste periódico pelo maior escritor brasileiro de todos os tempos.

Com estas discussões, minha intenção nesta introdução foi lançar os fundamentos do que vou apresentar neste trabalho, em suma, uma pequena contribuição à história da historiografia capixaba.

²⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história...** *Op. cit.*, p. 66.

²¹ DUMOULIN, Olivier. Revistas históricas. *In.*: BURGUIÈRE, André. **Diccionario Akal de ciencias históricas**. Madrid: Akal S.A., 1991, p. 609.

²² GUIMARÃES, Lúcia. O periódico de uma société savante... *Op. cit.*, p. 38-39.

CAPÍTULO 1

OS INTELECTUAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A FUNDAÇÃO DO IHGES

1.1 – História e Política no alvorecer da República: uma mesma vocação

No estudo *Ciência e política como vocação*, Max Weber procura demonstrar as dicotomias existentes entre as duas atividades – científica e política –, estabelecendo não somente as características inerentes a cada uma delas, mas, sobretudo, insistindo na diferença radical entre ambas. Ao analisar a vida política brasileira no alvorecer da República durante o período de criação do IHGES observamos muito mais aproximações do que afastamentos entre as atividades política e a de produção de narrativas históricas. Ou seja, assim como em solo capixaba, ou como no Brasil daquele momento, políticos eram também historiadores. Firmava-se a convicção de que a reflexão histórica e a produção de textos destinada aos institutos históricos seriam entendidas, na maior parte das vezes, como um complemento do exercício político.

A partir da década de 1870 vislumbra-se o ocaso da Monarquia no Brasil e o alvorecer das novas ideias republicanas, ambos movimentos acompanhados de farta produção intelectual. Neste momento *O Manifesto Republicano* inaugurava os anseios pela descentralização do poder em favor das elites provinciais, denunciando aos brasileiros o “quanto é impotente e desastroso o regimen de centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional [...]”;²³ no âmbito econômico, uma profunda transformação contribuiu para a ebulição em favor do novo regime: a substituição da economia canavieira em detrimento do café, que desde o último quartel do século XIX, tornou-se o maior produto de exportação brasileiro, deslocando assim, a hegemonia econômica da região Nordeste para o Sudeste.

O país chega ao começo de 1900 como uma república federativa de economia eminentemente agrária. Em meio a isso, o IHGB, instituição fundada em 1838 sob a proteção de D. Pedro II, já não era mais o único espaço de intelectuais que se dedicavam a escrever o passado e ajudar na construção de uma única identidade nacional - além dele, já existiam os institutos históricos regionais. Ao mesmo tempo, nas faculdades de Direito de Recife e de São Paulo estavam sendo pensados projetos políticos e modelos de análise para a sociedade brasileira: na primeira, havia influência das ideias do darwinismo social e na segunda, o liberalismo político parecia guiar os estudos. No Instituto Manguinhos começa-se a pesquisar os problemas causados pela falta de saneamento no país, nascendo daí os estudos

²³ Manifesto Republicano. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, n. 37, p. 55, 2009.

sobre doenças tropicais e as campanhas higienistas.²⁴ Nesse interregno temporal, buscar interpretações para o Brasil significava o “[...] desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico [...]”,²⁵ ou melhor dizendo, trazer progresso ao atraso. No rol dos intérpretes do país deste momento, destacam-se, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto, no modo como compreendiam e projetavam o Brasil no sentido de constituir uma identidade cultural tipicamente brasileira. Nestes homens a presença do nacionalismo se associava com a ideia de progresso, da necessidade de superação do atraso, muito embora se valorizasse a preservação das tradições do passado.

Assim como a identidade nacional, a política, a economia e a saúde, também a História foi operacionalizada para o pensar da realidade brasileira. A mudança de regime exigia novas referências de passado, tais como datas, símbolos e heróis para justificar os novos tempos. Até mesmo o IHGB, “abençoado” pelo imperador e intrinsecamente ligado ao governo deposto, acabou por conciliar o passado e se “conformar” com o presente.

Entre os anos de 1910 e 1920, Guimarães chama a atenção para um aumento de estudos ligados ao culto à nacionalidade no interior deste instituto.²⁶ Um exemplo disso pode ser examinado na conferência proferida por Oliveira Lima,²⁷ intitulada *O atual papel do Instituto Histórico*. Nesta fala proferida em 1913 este autor defende que o IHGB seja o porta-voz da produção de um passado comum. Além disso, manifesta o desejo de criação de um congresso, para que se forme uma rede de estudiosos no Brasil:

Assim como temos tido congressos geográficos — o quarto vai celebrar-se no Recife, depois dos do Rio de Janeiro, S. Paulo e Paraná — seria da maior conveniência a reunião de um Congresso histórico brasileiro, em que fossem representados todos os institutos históricos estaduais, formando-se assim uma federação intelectual e afetiva, que não deixaria de ter sua importância.²⁸

Lima também se mostra preocupado com a unificação da nação, fortemente marcada pelo

²⁴ A atual Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Manguinhos foi criado em 1900 por Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro para se tornar um centro de estudos na área da saúde pública de referência no Brasil e na América Latina, estudando fungos, micróbios e bactérias responsáveis pelas doenças tropicais e produzindo soros e vacinas para seu tratamento. Acerca da “ebulição” no campo das ideias no Brasil a partir de 1870, ver SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças...** *Op. cit.*

²⁵ GOMES, Ângela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 25.

²⁶ GUIMARÃES, Lúcia. Primeiro Congresso de História Nacional... *Op. cit.*, p. 151.

²⁷ Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um diplomata pernambucano e importante intelectual do início da República. O texto original foi publicado em OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O atual papel do Instituto Histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 76, n. 2, 1913.

²⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O atual papel do Instituto Histórico. In.: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil**: do fim do império ao alvorecer da República (1870-1940). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 263.

federalismo, quando afirma que:

Tudo quanto fôr de natureza a reforçar entre nós o sentimento nacional, o sentimento brasileiro, deve ser cuidadosamente cultivado, e todos lucram em verificar que a nossa história, por mais local que pareça, é toda ela a mesma, obedecendo aos mesmos intuitos e à mesma direção: que nos são comuns seus espíritos e seus processos; que a língua, a religião, a tradição e a velha alma portuguesa nos fizeram iguais, e tão iguais, que, apesar das variantes na dosagem maior ou menor dos elementos exóticos, o brasileiro é o mesmo do extremo Norte ao extremo Sul.²⁹

No mesmo discurso, Lima conclama o IHGB a continuar fazendo o seu papel de “divulgador máximo das informações relativas ao nosso passado comum [...] que a colonização portuguesa preparou uno, que na Independência o Império fez realmente uno, e deverá ficar se quiser ser grande e forte”.³⁰

Como pode ser observado, percebe-se que neste período há uma intensa atividade intelectual, de re-exame e de formulação de novas ideias, inclusive no que diz respeito a História, mesmo ainda não existindo curso superior específico deste campo no país. No entanto, entende-se que nessa época, mesmo não havendo métodos e técnicas definidas no ambiente universitário tal como se conhece hoje – afinal o primeiro curso de História foi criado na Universidade de São Paulo em 1934 -, havia outros mecanismos para “legitimar” um texto histórico.

Mais adiante voltaremos a esta questão, pois nesta pesquisa o IHGES e sua revista serão analisados como um espaço de institucionalização da História - talvez não da disciplina histórica, ou da chamada *ciência* histórica, nos moldes europeus – como narrativa produzida por aqueles intelectuais. O conhecimento formulado por aqueles homens letrados que transitavam entre diferentes campos do saber, produziam

tanto bens culturais que se servem de suportes duradouros e valorizados (basicamente os livros), como um conjunto de outros produtos, que eram difundidos em suportes “efêmeros”, até hoje pouco considerados pelos estudos acadêmicos (discursos, artigos de jornais e revistas, peças de teatro, etc.).³¹

Além de produtores de saber cultural, Ângela de Castro Gomes entende que estes personagens devem ser considerados também atores políticos, “[...] homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à

²⁹ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O atual papel do Instituto Histórico. In.: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil...** Op. cit., p. 264.

³⁰ *Ibidem*, p. 266.

³¹ GOMES, Ângela de Castro, **A república, a história e o IHGB...** Op. cit., p. 25-26.

intervenção político-social [...]”,³² pois, não havia como separar atividade intelectual e atividade política no período. Os historiadores pensados como tipo de intelectual acabam também se enquadrando nesta interseção, podendo exercer cargos representativos ou funções administrativas em diferentes gestões, defender um projeto político-cultural por meio de obras variadas e ocupar postos em variados espaços da sociabilidade intelectual, como: editoras, jornais, revistas, grêmios, clubes e associações.³³ Observa-se, então, uma aproximação, muitas vezes inevitável, entre o historiador e a política. Desse modo, IHGB e IHGES são, portanto, locais importantes de atuação política e de construção de narrativas históricas (e políticas).

O historiador francês Jean-François Sirinelli,³⁴ ao fazer um diagnóstico sobre o tema dos intelectuais na História Política, afirma que estes atuam em grupos de pessoas que possuem pelo menos algum ponto em comum:

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece.³⁵

Pode-se verificar esta característica no caso do IHGES, um instituto fundado por homens da elite capixaba, tendo vários aspectos em comum, que serão apresentados mais à frente.

Os estados, em meio ao federalismo proposto pela República, queriam se autoafirmar perante o governo federal. Eram brasileiros, tinham orgulho do regime, mas antes de tudo, como no caso do Espírito Santo em particular, precisam construir narrativas capazes de firmar uma identidade política regional, em outras palavras, precisavam sublinhar o fato de serem capixabas.

Antes de chegar ao caso específico, parece oportuno contemplar, mesmo que rapidamente, a presença dos intelectuais-políticos em outros dois institutos históricos regionais. Escolheu-se o caso do IHGG, de Goiás e do IGHB, da Bahia, porque na Primeira República eram estados de posição menos influente, assim como o Espírito Santo.

³² GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10.

³³ GOMES, Ângela de Castro. **A república, a história e o IHGB...** *Op. cit.*, p. 26-27.

³⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

³⁵ *Ibidem*, p. 248.

Em Goiás, tentou-se criar um instituto congênere ao IHGB em 1862, mas só 71 anos depois, foi efetivamente instalado. Rogério Silva nota que mesmo criado só em 1933, já no Estado Novo, havia grande participação de homens da elite na produção histórica:

A escrita da História de Goiás esteve ao encargo de médicos, advogados, jornalistas, políticos, militares, enfim, pessoas com diferentes formações que tinham um interesse comum: elaborar narrativas que contassem importantes capítulos da história goiana.³⁶

Na Bahia, houve a criação de dois institutos históricos, porém só o segundo obteve êxito. Em 1856, foi criado o Instituto Histórico da Bahia (IHB) por membros da elite baiana como barões, militares e clérigos, todos ligados ao regime monárquico. Já em 1894, foi criado o IGHB buscando “[...] minorar os efeitos do enfraquecimento político e econômico da Bahia [...]”, tendo amplo apoio de intelectuais e republicanos baianos, evidenciando uma “[...] sujeição ideológica ao federalismo republicano [...]”.³⁷

De maneira bastante semelhante, a construção de identidade e de uma História comum para os capixabas também foi promovida pelos intelectuais-políticos do IHGES, a qual se encontra imersa na situação política do momento, no calor do republicanismo que se afirmava – assim como no caso baiano – na valorização de uma cultura política específica, diferente da cultura política do antigo império. Nesse sentido, procuravam afirmar a República e o republicanismo como marcas do Espírito Santo. Seguindo Norberto Bobbio, os intelectuais sempre existiram junto ao poder político para “justificar” determinado regime e, o poder exercido pelos intelectuais não é feito mediante o uso da força, “[...] mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante)”.³⁸

Como herói espírito-santense, ou personagem símbolo, os fundadores do IHGES adotaram Domingos José Martins, participante da Revolução Pernambucana de 1817, que parecia reunir as características fundamentais que procuravam: ter participado de um movimento de inspiração republicana e nascido no Espírito Santo (embora tal afirmação

³⁶ SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 a 1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. Goiânia, 2015. p. 121.

³⁷ SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto geográfico e histórico da Bahia**: origens e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 100 *et seq.*

³⁸ BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997, p. 11.

não possa ser totalmente confirmada). Soma-se a isso, no ano de 1916, a morte de Martins completaria 99 anos, havendo, portanto, diferentes iniciativas para celebrar seu centenário no ano vindouro. Criar essa associação histórica entre a história ou a identidade do Espírito Santo vinculada a um herói republicano capixaba, com visibilidade nacional, às vésperas de seu centenário.

1.2 - Os sócios-fundadores, um perfil sócio-político: os letrados participam da vida política capixaba

No senso comum, a palavra *elite* remete a um grupo de pessoas privilegiadas no topo da “pirâmide” em diferentes sociedades. No entanto, uma teoria que visasse compreender o mecanismo de ação destes grupos na política foi sistematizada no momento de institucionalização da Sociologia e da Ciência Política na Europa em fins do século XIX, tendo como fundadores Vilfredo Pareto (França, 1848-1921), Gaetano Mosca (Itália, 1858-1941) e Robert Michels (Alemanha, 1876-1936).

A Teoria das Elites nasceu como crítica às ideias de Socialismo e Democracia que estavam se difundindo para todo o mundo naquele momento e tinha como fundamento o fato de que em toda a história da humanidade houve e haverá um grupo minoritário (uma elite) dirigente;³⁹ “[...] era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper [...]”.⁴⁰

No campo da História, a discussão acerca das elites surgiu na década de 1970, quando se buscou uma nova abordagem para se compreender as diferenças de poder, influência e decisão no interior das sociedades. Tratavam naquela ocasião de estudos que fugiam da interpretação marxista, a qual reduzia a análise da sociedade a estudos sobre as relações econômicas de produção, ignorando outras formas de diferenciação ou dominação.⁴¹ Não obstante, o termo elite permanece cercado de imprecisão e forte tendência a generalizações, uma vez que:

³⁹ Não é objeto deste tópico analisar os sócios-fundadores do IHGES à luz da Teoria das Elites, afinal nesta se discute o papel das elites no âmbito estritamente político. No entanto, é importante que o debate acerca das elites seja localizado. Para saber mais, ver: GRZYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia história da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999; HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

⁴⁰ GRZYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais...** *Op. cit.*, p. 11.

⁴¹ CHARLE *apud* HEINZ, Flávio. *In.*: HEINZ, Flávio (org). **Por uma história das elites...** *Op. cit.*, p. 8.

[...] a análise histórica mostra claramente que o conceito não se aplica a nenhuma realidade histórica precisa, e que de outra forma ele pode se referir simultaneamente a duas forças sociais extremamente diferentes e seguidamente contraditórias”; “nem o ganho, nem a riqueza, nem a profissão, nem o lugar ocupado numa hierarquia institucional, nem o estilo de vida, não permitem, em efeito, individualizar ou localizar uma elite”. Ou “a falta de características precisas de identificação pelo historiador, a teoria da elite permanece nebulosa e vaga.”⁴²

Com o devido cuidado necessário, o conceito será aqui utilizado para compreender o grupo de sócios-fundadores do IHGES. Afinal, ao observarmos com mais atenção a reportagem que abriu a introdução deste trabalho, em que se anunciava a pretensão de criar o IHGES, vemos que Carlos Xavier Paes Barreto, Archimimo Mattos e Antonio Athayde “dirigiram convites especiaes a todos os estudiosos de nossa terra”, isto é, além de se colocarem no *status* de pioneiros ao criar o instituto, escolheram quem deveria participar do projeto.

De prontidão, adotou-se provisoriamente os regimentos do IHGB; para criar o próprio estatuto, foi designada uma comissão composta por: Affonso Claudio, Araújo Primo, Deocleciano de Oliveira, Aristides Freire e Amancio Pereira, que só seria aprovado em 28 de abril de 1917.⁴³ No ano seguinte, foi lançado o primeiro número da Revista, com artigos que homenageavam o revolucionário, além de uma gravura e poemas de autoria de Domingos Martins. Tudo indica que os sócios queriam chegar neste ano com “tudo pronto” e marcando posição ante os demais institutos históricos, com estatuto, revista, herói e, não menos importante, a celebração para o herói,⁴⁴ já que neste número consta a programação que o instituto promoveria para comemorar o seu primeiro aniversário e o primeiro centenário da Revolução. O primeiro presidente escolhido foi Antônio Athayde, que permaneceu no cargo por dois mandatos, de 1917 a 1921. Os próximos dois presidentes seriam os outros idealizadores, Archimimo Mattos, de 1921 a 1925 e Carlos Xavier, de 1925 a 1929 por também dois mandatos cada um. Athayde voltaria a ser presidente em 1933, permanecendo no cargo até 1935.

Além de intelectuais, estes homens também são considerados membros da elite, como poderá ser observado no quadro a seguir.

⁴² BUSINO *apud* ALBERNAZ, Cássio. Da história política dos grandes homens a prosopografia das elites políticas: considerações historiográficas e metodológicas. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 9.

⁴³ Acta de fundação do IHGES.

⁴⁴ Programma organizado pelo Instituto Historico e Geographico do Espírito Santo, para a festa cívica a realizar-se no dia 12 de Junho em comemoração ao centenário da morte de Domingos Martins, grande vulto da revolução pernambucana de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 1, 1917.

QUADRO 1: Sócios-fundadores do IHGES

	Nome	Profissão/ Ocupação	Local de Nascimento
1	Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira	Professor	Vitória (ES)
2	Adolpho Mario de Oliveira	Auxiliar Técnico da Diretoria de Agricultura,	Muriaé (MG)
3	Affonso Claudio de Freitas Roza	Desembargador	Santa Leopoldina (ES)
4	Alonso Fernandes de Oliveira	Professor	Vitória (ES)
5	Amancio Pinto Pereira	Professor	Vitória (ES)
6	Anesio Augusto de Carvalho Serrano	Desembargador	João Pessoa (PB)
7	Antonio Aunon Sierra	Maestro/ Professor da Escola Normal	Montevideo (Uruguai)
8	Antonio Francisco de Athayde	Engenheiro	Vitória (ES)
9	Antonio Gomes Aguirre	Médico/ Chefe de Saúde do Porto de Vitória	São Mateus (ES)
10	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	Médico	Valença (RJ)
11	Archimimo Martins de Mattos	Farmacêutico/ Redator do Diário da Manhã	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
12	Aristides Brasileiro de Barcellos Freire	Professor	Vitória (ES)
13	Aristoteles da Silva Santos	Jornalista	Vitória (ES)
14	Arnulpho Martins de Mattos	Professor	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
15	Arthur Antunes Barbosa Brandão	Major	Vitória (ES)
16	Arthur Lourenço de Araujo Primo	Secretário do Tribunal Superior de Justiça	Santo Amaro (BA)
17	Bernardino de Souza Monteiro	Presidente do Estado	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
18	Camillo Loureiro Bento	Padre/ Professor do Gymnasio Espírito	-
19	Carlos Gomes de Sá	Solicitador Oficial	Estância (SE)
20	Carlos Xavier Paes Barreto	Desembargador	Rio Formoso (PE)
21	Deocleciano Nunes de Oliveira	Diretor da Escola Normal	Vitória (ES)
22	Eduardo de Andrade Silva	Professor	-
23	Elias Tommazi Podestá	Padre/ Diretor do Gymnasio Espírito-	Laconi (Itália)
24	Francisco da Silva Rufino	Funcionário da Diretoria de Finanças	Vitória (ES)
25	Francisco de Paula Mendes Wanderley	Desembargador	Sirinhaém (PE)
26	Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro	Professor	-
27	Henrique de Novaes	Prefeito de Vitória	Cachoeiro de Itapemirim (ES)
28	Henrique O'Reilly de Souza	Juiz	Mimoso do Sul (ES)

29	João Bernardino Alves	Advogado do Banco Hypothecario	Turvo (MG)
30	João Calmon Adnet	Funcionário do Arquivo Público	Linhares (ES)
31	João Lordello dos Santos Souza	Professor da Escola Normal	-
32	João Manoel de Carvalho	Delegado	Rio de Janeiro (RJ)
33	Joaquim José Bernardes Sobrinho	Secretário-Geral do Estado	-
34	Jonas Meira Bezerra Montenegro	Advogado	Belém (PA)
35	José Bernardino Alves Junior	Advogado	Andrelândia (MG)
36	José Espíndula Batalha Ribeiro	Juiz	Vitória (ES)
37	José Rodrigues Sette	Professor do Gymnasio Espirito Santense	Cabo (PE)
38	Luiz Fraga	Jornalista	-
39	Luiz Jouffroy	Professor da Escola Normal	Nice (França)
40	Manoel dos Santos Neves	Desembargador	São Mateus (ES)
41	Manoel Xavier Paes Barreto	Juiz	Rio Formoso (PE)
42	Marcondes Alves de Souza	Coronel/ Presidente do Estado (1912-1916)	Itaúna (MG)
43	Marcondes Alves de Souza Junior	Tenente-Coronel	-
44	Targino Neves	Procurador-Geral da Prefeitura de Vitória	-

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações fornecidas por STUCK, Paulo (s/d).

Aqui é importante retomar o perfil dos fundadores do IHGB, que serviu de modelo para o IHGES e demais associações congêneres. Em sua tese de doutorado, Lúcia Guimarães elaborou um quadro com os itens Naturalidade/ Nacionalidade, Escolaridade, Formação, Ocupação, Titulação e Origem Sócio-Econômica para elaborar um perfil sócio-profissional dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se tornou célebre e bastante elucidativa.⁴⁵ A conclusão chegada foi a de que uma elite econômica, social e política havia sido responsável por escrever a história e delimitar o que se referisse aos aspectos geográficos do país. No caso do pioneiro instituto,

predominavam indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e de funcionários públicos. Setores que articulados ao comércio, fizeram a Independência, optando pela adoção ao regime monárquico, na antiga colônia portuguesa.⁴⁶

Os demais institutos adotaram configuração bastante assemelhada, pois apenas membros das elites locais participaram de suas implantações. Observando os fundadores do

⁴⁵ GUIMARÃES, Lúcia. **Debaixo da imediata proteção imperial...** *Op. cit.*, p. 38.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 40.

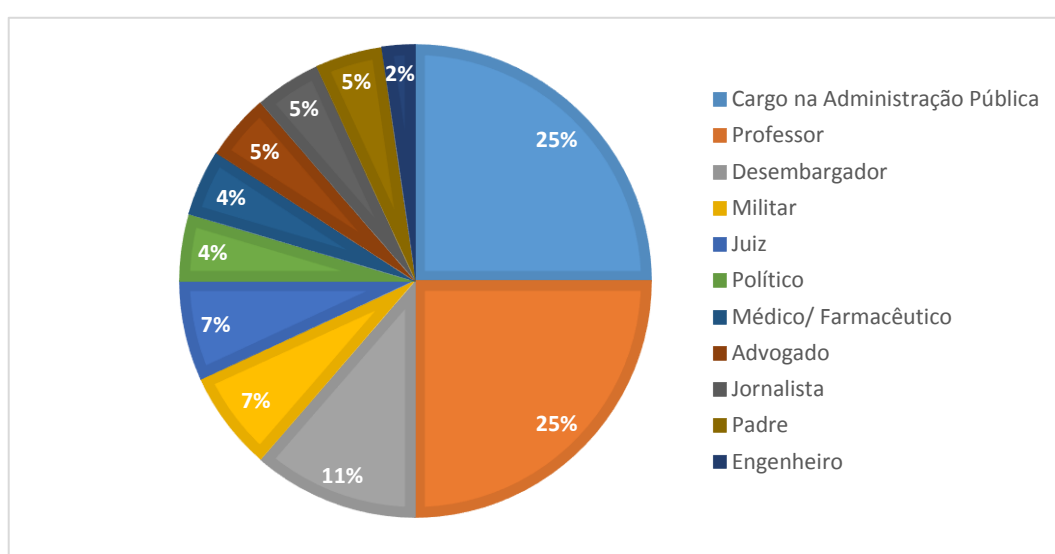
Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, o segundo instituto histórico criado no Brasil e o primeiro regional, Lília Schwarcz afirma que

Para se tornar membro do IAGP não era necessária qualquer comprovação de trabalho científico ou mesmo competência intelectual, bastava a apresentação formal do candidato por parte de algum sócio [...] Perpetuava-se uma espécie de sociedade de escolhidos, uma agremiação abastada que se incumbia de resgatar fatos e personagens da história local [...].⁴⁷

Esta configuração também pode ser aplicada no caso capixaba quando percebe-se que os fundadores se dedicavam a um conjunto variado de atividades profissionais, posto que havia entre eles, professores, militares, funcionários públicos, advogados e jornalistas, dentre outros. Dos 44 sócios, 19 eram capixabas, sendo 10 naturais de Vitória. Havia também integrantes oriundos de outros municípios capixabas, sobretudo Cachoeiro de Itapemirim (quatro) e ainda de outros países como Uruguai, França e Itália. Não foi possível identificar o local de nascimento de sete membros fundadores.

Quando analisamos as carreiras e profissões vemos que se destaca a presença de funcionários públicos e de professores totalizando a metade dos fundadores. O Gráfico 1 traz em detalhamento as demais atividades exercidas pelos fundadores no momento de criação do instituto, pois muitos deles exerceram mais de uma ocupação ao longo de suas trajetórias e/ou ao mesmo tempo. Este gráfico se revela muito interessante para evidenciarmos a vinculação deste grupo de homens à elite capixaba.

GRÁFICO 1: Profissão-ocupação dos membros



Fonte: elaborado pela autora a partir da Ata de Fundação do IHGES.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças... Op. cit.*, p. 155.

No Quadro 2 estão dispostos os fundadores que exerciam ou haviam exercido funções no Ministério Público do Estado do Espírito Santo como procuradores-gerais. O número chama atenção: ao todo, nove. Segundo o site do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, este órgão “[...] é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.⁴⁸

QUADRO 2: Procuradores-gerais do estado do Espírito Santo⁴⁹

Nome	Formação	Tempo de Exercício
Manoel Xavier Paes Barreto	Recife	1913-1915
Carlos Xavier Paes Barreto	Recife	1915-1916, 1924
Henrique O'Reilly de Souza	Rio de Janeiro	1915-1916
Afonso Cláudio de Freitas Rosa	Recife	1916-1917
José Bernardino Alves Junior	Minas Gerais/ São Paulo	1917-1918
José Espíndula Batalha Ribeiro	São Paulo/ Recife	1920-1921
Aristóteles da Silva Santos	-	1929
Carlos Gomes de Sá	Rio de Janeiro	1929-1930
José Sette	Recife	1943-1944, 1951-1955

Fonte: MENEQUINI, Eric; ÁVILA, Simone da Silva; SILVA; Paulo José da. **Procuradores-Gerais do Ministério Público do Espírito Santo (1909-2009)**. Vitória: MPES, 2010.

Em terras capixabas, o aparecimento desta instituição na lei se deu pela primeira vez em 1891, quando decidiu-se que este ministério deveria ser ligado à Corte de Justiça e seu chefe denominado Procurador-Geral do Estado.⁵⁰ Podemos considerar, portanto, aqueles homens além de intelectuais, membros de uma elite jurídica.

Um fator interessante a ser considerado é a filiação de sócios à Maçonaria. No total, 16 dos 44 eram maçons: Adolpho Fernandes de Oliveira, Alonso Fernandes, Amancio Pinto, Antonio Aunon, Antonio Aguirre, Archimimo Mattos, Aristides Brasileiro, Aristóteles da Silva Santos, Arthur Lourenço Primo, Deocleciano de Oliveira, Eduardo de Andrade, Francisco da Silva Rufino, Francisco de Paula Mendes Wanderley, João Lordello, José Espíndula e Luiz Fraga.⁵¹ Neste período, a Maçonaria representava um importante espaço para discussão de ideias políticas, sobretudo republicanas.

⁴⁸ **Do conceito.** Disponível em: <

<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaComVideo.aspx?pagina=402>>. Acesso em 19 de janeiro de 2016.

⁴⁹ MENEQUINI, Eric; ÁVILA, Simone da Silva; SILVA; Paulo José da. **Procuradores-Gerais do Ministério Público do Espírito Santo (1909-2009)**. Vitória: MPES, 2010.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 23.

⁵¹ Cf. FRAGA, Cristiano Woeffel. **Maçonaria do Espírito Santo**. Vitória: Ita, 1995.

Neste ponto, deve-se voltar à escolha de Domingos José Martins como personagem-símbolo do passado capixaba pelos fundadores do IHGES. Inúmeros estudos sobre a Revolução de 1817 conferem a ele uma grande importância no que diz respeito à difusão da maçonaria em Pernambuco. No entanto, há algumas lacunas que precisam ser preenchidas, como salienta Breno Andrade:

Outro ponto que parece obscuro sobre a maçonaria em Pernambuco é a recorrência da historiografia em apontar um personagem, Domingos José Martins, como o responsável por unir inúmeras lojas maçônicas na Capitania, a partir de sua chegada em 1814. Ele as teria espalhado por todo o Norte, ajudado por Domingos Theotônio Jorge, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Antônio Gonçalves da Cruz, todos eles participantes de 1817. Porém, nenhum historiador apresenta documentos que apontem para esse esforço de Domingos José Martins [...] Por isso, a função de Domingos José Martins como líder da maçonaria em Pernambuco e terras adjacentes deve ser sopesada, principalmente por não haver comprovação documental de tais atos.⁵²

Outro aspecto revelador encontra-se no trecho que abre a ata de fundação do IHGES:

Aos doze dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e dezesseis, em uma das salas do edificio do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, cedida para a fundação e a séde provisoria de uma associação destinada ao estudo da historia nacional e da geographia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo.⁵³

O espaço cedido, a casa do Poder Legislativo estadual, aponta para a relação existente e já apresentada anteriormente entre o exercício da política (seja em cargos eletivos, seja na administração pública) e a atividade intelectual. Alguns acontecimentos do ano de 1916 podem ajudar a corroborar esta afirmação, pois, para se falar da criação do IHGES, é necessário que sejam apresentados breves apontamentos acerca da situação política do Espírito Santo de então.

Naquele ano houve eleições para a presidência do Estado e como em todos os estados do Brasil, a política capixaba também estava sendo regida pelo *coronelismo* e pela *Política dos Governadores*. No calor do momento, a oligarquia Monteiro, oriunda de Cachoeiro de Itapemirim e encabeçada pelos irmãos Jerônimo e Bernardino, ditava as regras do jogo político estadual. Em 1909, os irmãos criaram o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) tendo como objetivo consolidar o poder de seu grupo político e econômico

⁵² ANDRADE, Breno Gontijo. **A guerra das palavras:** cultura oral e escrita na Revolução de 1817. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 143. Além disso, nenhum documento relacionado à filiação de Domingos Martins foi encontrado na mais antiga Loja Maçônica do Espírito Santo, União e Progresso.

⁵³ Acta da fundação, em 12 de Junho de 1916 do Instituto Histórico e Geographico do Estado do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n.1, p. 2, 1917.

em detrimento do grupo de Moniz Freire⁵⁴.

Para Motta, naquele momento, os partidos republicanos “[...] se transformaram em verdadeiras oligarquias, dominando o poder sem deixar qualquer espaço para outras forças”.⁵⁵ Nesse aspecto, reside a importância e a centralidade da família Monteiro. Com a nova legenda, a família e seus aliados constituíram este órgão partidário para disputar a política local e utilizaram o jornal *Diário da Manhã*, como espécie de porta-voz.

Em 1916, Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo, tornou-se governador sob uma eleição extremamente conturbada e contestada. Os conflitos derivados do pleito ficaram conhecidos pela historiografia capixaba como “Revolta do Xandoca”,⁵⁶ em alusão ao apelido do candidato à vice-presidência pela chapa derrotada, coronel Alexandre Calmon. As duas chapas que estavam disputando o pleito, a de Bernardino Monteiro e Antônio Athayde e a de José Gomes Pinheiro Junior e Alexandre Calmon se declararam vitoriosas; esta última chegou a transferir a capital do estado de Vitória para o interior. Após pedidos de intervenção federal não atendidos feitos ao então presidente da República, Wenceslau Brás, e diversos conflitos e mortes, a família Monteiro conseguiu se manter no poder, diante da vitória nas urnas e à bala. Todos os envolvidos foram anistiados.

Nesta eleição, os feitos da família Monteiro tiveram imensa publicidade no *Diário da Manhã*. Nas edições de janeiro de 1916 há, além de recomendações de voto à chapa Monteiro-Athayde, atas das Convenções realizadas pelo PRES. O estudo de Namy Chequer aponta a ligação do jornal com o grupo, o qual chama de “monteirista”.⁵⁷ Também a análise de Karulliny Siqueira afirma que este periódico passou a ser utilizado como veículo governista pelo grupo de Jerônimo Monteiro a partir de 1908, inclusive publicando atos oficiais.⁵⁸

⁵⁴ Sobre Moniz Freire e seu legado político na Primeira República, ver: SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado satélite na primeira república:** de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004; QUINTÃO, Leandro do Carmo. **Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo:** a configuração da liderança de Moniz Freire. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. p. 43.

⁵⁶ Cf. FILHO, Namy Chequer Bou-Habib. **A Revolta do Xandoca:** desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 74.

⁵⁸ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O império das repúblicas:** projetos políticos republicanos no Espírito

Em 21 de janeiro de 1916, o *Diário da Manhã* noticiou a Convenção do PRES ocorrida no dia anterior, às 20h00, com a presença de diversos membros do partido, dentre eles: Archimimo Mattos, Marcondes Alves de Souza (chefe do partido e então presidente do estado), Marcondes Júnior, Antônio Aguirre (que presidiu a sessão), Joaquim José Bernardes Sobrinho, José Bernardino Alves – todos sócios-fundadores do IHGES. A reunião tratou da substituição da candidatura a Vice-Presidência de Alexandre Calmon, que havia desistido de participar da chapa, pela de Antônio Francisco de Athayde. De acordo com a notícia, o presidente da sessão aprovou a escolha,

[...] enaltecendo então as qualidades cívicas do coronel Marcondes Alves de Souza e do dr. Jeronymo Monteiro, a cujas administrações fez elogios, e do senador Bernardino Monteiro, em quem via um continuador dessa obra maravilhosa de progresso do estado.⁵⁹

Na capa de 22 de Janeiro (Figura 2) é possível ver imagens destes dois candidatos, Monteiro e Athayde acompanhadas de breves biografias. O apoio é explícito: “[...] candidato do povo, ao dr. Bernardino de Souza Monteiro, todo o nosso entusiasmo, todo o nosso apoio. [...]” É possível ver também que assinam uma recomendação de voto intitulada *Ao eleitorado espirito-santense*, Carlos Xavier Paes Barreto e seu irmão, Manoel.⁶⁰

Santo, 1870-1908. 2016. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 269.

⁵⁹ A Sucessão Presidencial. **Diário da Manhã**, 21 jan. 1916, capa.

⁶⁰ *Ibidem*.

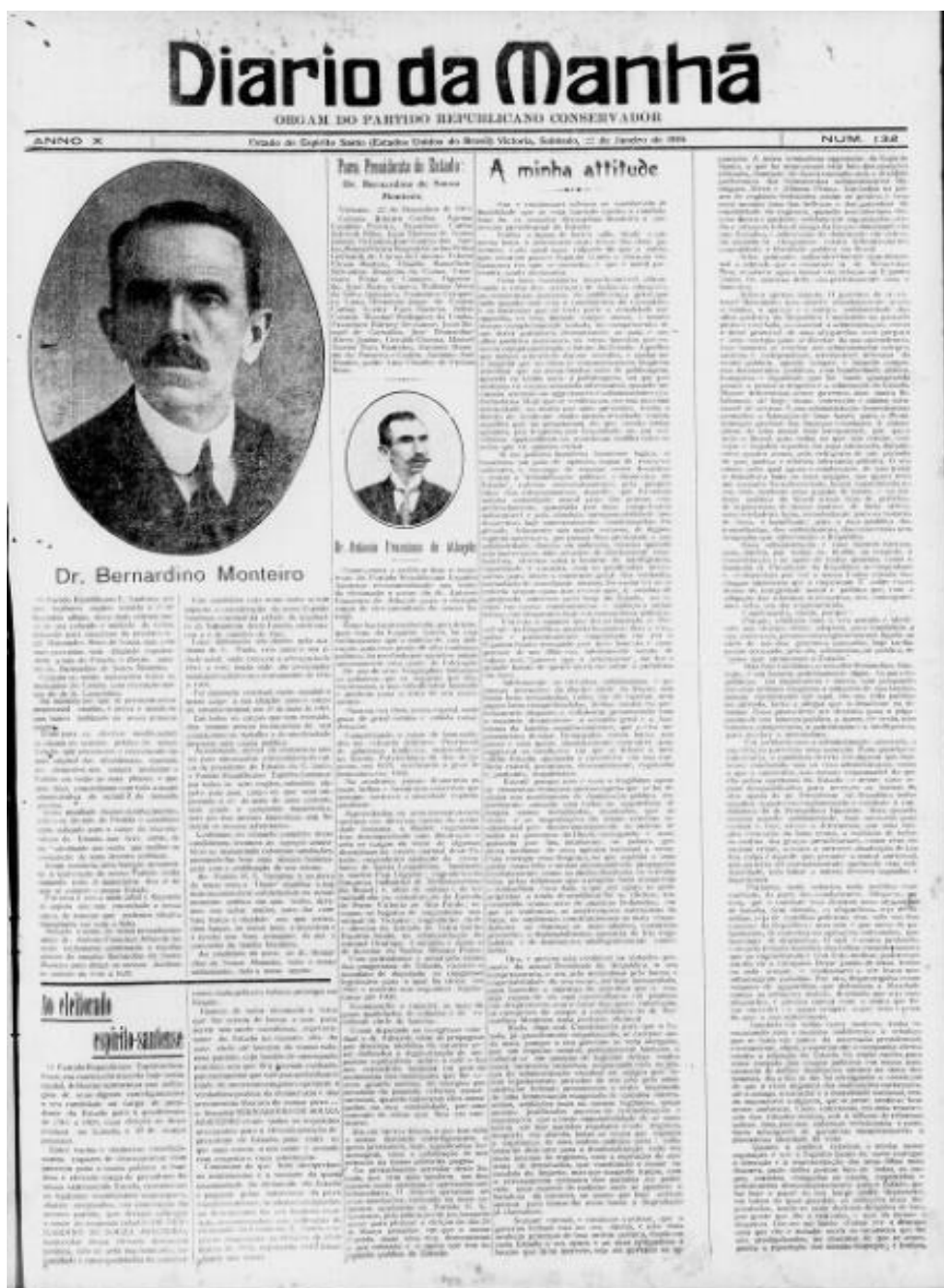


FIGURA 2: Capa do *Diário da Manhã*, de 22 de janeiro de 1916.

Como se vê na imagem, o PRES é um ponto em comum entre os três idealizadores do instituto: Archimimo Mattos era editor do *Diário*, Antônio Athayde, candidato à vice-presidente, e Carlos Xavier, aparece pedindo voto aos candidatos do partido.

A hipótese de ligação do IHGES com a família Monteiro e o PRES começa a se delinear com melhor clareza neste ponto, pois, ao conseguir se manter no poder em 1916, reafirmou sua força e autoridade política em solo capixaba. Restava consolidar ao lado da força política, sua força histórica e simbólica, daí o interesse em torno de um instituto que seria responsável por construir uma história e uma identidade para o povo capixaba, tendo os

Monteiro como seus artífices.

Provavelmente teríamos aqui um exercício claro de busca e manutenção da hegemonia política como magistralmente demonstra a teoria de Antônio Gramsci. Hegemonia, para este autor é um conceito decisivo para se compreender não somente a luta de classes, mas o controle da máquina administrativa, que por sua vez exerceria uma hegemonia cultural. Para este autor a hegemonia é ao mesmo tempo um projeto político e pedagógico, portanto cultural, de dominação política e social. Nas palavras do autor,

a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente].⁶¹

Ao se ligarem ao grupo fundador do IHGES, os Monteiro, especialmente na pessoa de Bernardino, assumiriam uma posição de destaque no processo de institucionalização material da produção histórica capixaba e na criação de uma identidade em comum para o estado sob os auspícios e interesses de seu bloco de poder, grupo que aliás ditará as regras do jogo político até os anos 1950. Porém, não poderiam realizar essa tarefa sozinhos, pois era necessária a presença de letrados que, ao ocupar posições importantes no governo, transitariam no âmbito da intelectualidade e em diferentes espaços de atuação profissional.

Assumir o controle político do estado e, ao mesmo tempo, estar no poder durante a criação de uma instituição devotada a escrever a história daquele estado expressa um projeto ambicioso daqueles que estão na direção política e administrativa em controlar a história. Ou seja, não desejavam apenas o controle político no presente, mas, sobretudo, estender seu poder, administrando também o passado. Em 1909, por exemplo, Jerônimo Monteiro mandou por a data de 12 de Junho de 1816 no brasão do estado, já considerando a morte de Martins como acontecimento importante e fixando num símbolo oficial a importância da data.

⁶¹ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 62-63.



FIGURA 3: Brasão de armas do Estado do Espírito Santo.⁶² Fonte: Site do governo estadual. Disponível em: http://antigo.es.gov.br/Governo/paginas/simbolos_oficiais.aspx

Outro acontecimento relevante em 1916 foi a morte de Fernando Monteiro, bispo da Arquidiocese de Vitória e irmão de Bernardino e Jerônimo. O bispo agia como uma espécie de “linha auxiliar” do governo no âmbito religioso. Há relatos de padres que faziam oposição à dominação dos irmãos e que foram substituídos por padres estrangeiros, por ordem de Dom Fernando. Namy Chequer cita pelo menos três casos de padres que foram expulsos do Espírito Santo, afirmando que o bispo

[...] substituiu a totalidade dos vigários no momento em que a população do interior sofria de modificações em seu perfil, resultante da convivência advinda da chegada dos imigrantes. A oposição estava convencida de que o objetivo do bispo era romper os laços que os párocos antigos tinham com as comunidades católicas e, através dos novos padres, manipular o povo em favor do governo da oligarquia.⁶³

A morte de Fernando Monteiro foi marcada por uma intensa comoção em Vitória. Na edição do *Diário* de 30 de março de 1916, uma seção especial foi dedicada ao religioso, com direito a toda programação que ocorrera no dia anterior. Em uma das reportagens há o relato de que alguns fundadores do IHGES, já citados no texto, participaram do rito de segurar as alças do caixão, no qual apenas pessoas íntimas de algum falecido, familiares ou amigos, costumam participar. Segundo o jornal:

⁶² Segundo o site do governo do Estado do Espírito Santo, os símbolos do Brasão de Armas são o Convento da Penha, um ramo de café, um ramo de cana-de-açúcar, três estrelas que representam Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a data de 23 de maio de 1535 (chegada do capitão-donatário Vasco Fernandes Coutinho ao território capixaba) e a data de 12 de junho de 1817, “dia do fuzilamento, de Domingos José Martins, herói capixaba que visava a independência do Brasil de Portugal.” Disponível em: http://antigo.es.gov.br/Governo/paginas/simbolos_oficiais.aspx

⁶³ FILHO, Namy. *A Revolta do Xandoca...* Op. cit., p. 74.

Seguraram nas alças do caixão mortuário, de onde se encontrava depositado até a porta da Cathedral, os srs. coronel Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado; dr. Carlos Xavier Paes Barreto, chefe de polícia; dr. Jeronymo Monteiro, deputado federal; dr. Antonio Athayde, futuro vice-presidente do Estado [...].⁶⁴

É interessante notar que Antônio Athayde já é considerado pelo jornal como *futuro vice-presidente do Estado*. A forte ligação do jornal com a família e o partido é mais uma vez corroborada pela expectativa que havia de possibilidade de vitória nas eleições.

Quando se analisa a escolha de heróis e símbolos que representem anseios de um grupo, observa-se melhor a linha tênue entre história e ficção, pois qualidades divinas, mágicas ou até mesmo sobrenaturais acabam sendo atribuídas a alguém que foi um mero ser humano, a fim de oferecer maior apelo à sociedade ou a quem este grupo deseja atingir. Esta situação pode ser aplicável quando se observa a criação do IHGES. A data não parece ser obra de mero acaso, o 99º aniversário da morte de Domingos Martins (12 de Junho de 1916) seria o dia ideal para que em um ano, o instituto estivesse organizado para comemorar o centenário. Junte-se a isso, ao papel de destaque assumido por Carlos Xavier Paes Barreto na criação do instituto que era, coincidentemente, um pernambucano radicado no Espírito Santo.

Nascido em 12 de novembro de 1881, o recifense que preferia dizer que nasceu em Rio Formoso (PE) teve uma participação importante na fundação e consolidação do IHGES. Formou-se em 1906 pela Faculdade de Direito de Recife e dois anos depois veio para o Espírito Santo visitar seu irmão, Manoel, que era juiz no município de Viana conforme indica Noêmia Brandão. Enquanto esteve na capital capixaba, participou de uma homenagem ao governador Jerônimo Monteiro como orador, e aqui acabou ficando:

[...] seu poder de eloquência, sua inteligência e seu saber, aliados à sua refinada educação, cativaram, de logo, seu homenageado, tendo S. Exa. lhe perguntado por que não ficava no Espírito Santo, perto do irmão [...] recebeu telegrama do Dr. Jerônimo Monteiro consultando se lhe interessava o lugar de promotor da Comarca de Guandu, mais tarde Afonso Claudio. Não havia opção, aceitou, pois desejava ficar com o irmão.⁶⁵

Aliás, o tom elogioso do texto se deve ao fato de que Noêmia Paes Barreto Brandão é filha de Carlos Xavier. O livro *Ciência e Humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto (1881-1981)* foi escrito para homenagear o pai, e constam ali informações relevantes

⁶⁴ D. Fernando Monteiro – Missas funebres – Exequias – Seu enterramento – Outras notas. **Diário da Manhã**, 30 de mar. de 1916.

⁶⁵ BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Ciência e Humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto (1881-1981)**. Rio de Janeiro: Continente Editorial, [s/d.], p. 65.

acerca da trajetória deste intelectual.⁶⁶

Paes Barreto representa aquele tipo característico da intelectualidade das primeiras décadas do século XX, pois transitava decisivamente nos espaços político e cultural. Em fevereiro de 1910 é nomeado Prefeito de Vitória e Encarregado do Expediente da Directoria de Obras e Viação, pelo governador Jerônimo Monteiro.⁶⁷ Durante o governo de Marcondes Alves de Souza (1912-1916) foi Chefe de Polícia e, durante o governo de Bernardino Monteiro (1916-1920) tornou-se consultor jurídico do estado. Publicava, com alguma frequência, poemas no *Diário da Manhã*, como *Mar*,⁶⁸ *A dansa*,⁶⁹ e *Carnaval*,⁷⁰ chegando a ser diretor deste periódico de 1913 a 1916.⁷¹ Carlos Xavier foi ainda um dos fundadores da Faculdade de Direito do Espírito Santo, que atualmente é o curso de Direito da Ufes.

Na condição de representante do Poder Judiciário, participou ativamente dos processos relacionados aos limites do Espírito Santo frente à Bahia. Em meio a isso, publicou *Questões de Limites* em 1917, uma “resposta” a duas obras escritas sobre os limites da Bahia, como se pode verificar abaixo:

Ao *Leitor*: Incumbidos pelo Exmo. Snr. Dr. Bernardino de Souza Monteiro, emérito presidente do Espírito Santo, da confecção de um estudo sobre os limites deste com o Estado da Bahia, apresentamos, em Junho, o nosso escripto, entregue, em Outubro de 1917 ao Snr. Dr. Secretario Geral do Estado J.J. Bernardes Sobrinho, para os fins devidos. Havia sido publicado, então, apenas o 1º volume dos **Limites da Bahia**, pelo ilustre Dr. Braz do Amaral. Posteriormente; já no corrente anno, foi posto em circulação neste Estado, o 2º volume dos **Limites da Bahia**, contendo o luminoso parecer do jurisconsulto Dr. Eduardo Spínola, sobre a questão de divisas do seu Estado com a antiga donataria de Vasco Fernandes Coutinho. Tivemos de elaborar uma contestação ás afirmativas do douto consultor jurídico baiano, observando o mesmo plano ali traçado. São estes dois trabalhos, já publicados, aliás, pelas columnas do Diário da Manhã que formam o presente livro.⁷²

Permaneceu atuando nesta causa até 1926, no governo Florentino Avidos. Até então, Paes Barreto participou de várias audiências e escreveu artigos em jornais, sempre debatendo com procuradores da Bahia. No dia 22 de abril deste ano, o governo da Bahia

⁶⁶ BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Ciência e Humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto (1881-1981)**... *Op. cit.*

⁶⁷ Actos Officiaes, **Diário da Manhã**, 27 de fevereiro de 1910.

⁶⁸ Mar, **Diário da Manhã**, 18 de setembro de 1909, p.2

⁶⁹ A Dansa, **Diário da Manhã**, 7 de outubro de 1909, p.2

⁷⁰ Carnaval, **Diário da Manhã**, 06 de fevereiro de 1910, p.2

⁷¹ BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Ciência e Humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto (1881-1981)**... *Op. cit.*, p. 47.

⁷² Cf. BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916 - Refutações a Varnhagen, Pereira da Silva e a Tollenare. **RIHGES**, Vitória, n. 1, 1917.

assina um convênio com o Espírito Santo, aceitando os argumentos das análises de Paes Barreto.⁷³

De todos os sócio-fundadores, Paes Barreto é o mais ativo como intelectual no interior do instituto. Ele se enquadra na categoria dita anteriormente elite intelectual, devido à sua formação jurídica, sua atuação política e sua extensa produção e pode ser incluído claramente como um indivíduo que exerce influência em variados campos - jurídico, político, social e cultural e pode ser inscrito e elucidado a partir do conceito de refração, cunhado por Pierre Bourdieu, ou seja, tendo em vista que é comum os sujeitos e até mesmo um campo exercer interferência em outros, sob a forma de pressão ou colaboração, sobretudo num momento em que os campos ainda não eram completamente autônomos, como é o caso do campo histórico, pois, os estudos sobre o passado eram empreendidos por pessoas com formação diferente, como o Direito.⁷⁴

⁷³ BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Ciência e Humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto (1881-1981)**... *Op. cit.*, p. 96.

⁷⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CAPÍTULO 2

**DOMINGOS JOSÉ MARTINS: A “REVOLUÇÃO”
PERNAMBUCANA DE 1817 E REPRESENTAÇÕES EM LOUIS
FRANÇOIS TOLLENARE, PADRE JOAQUIM DIAS MARTINS E
MUNIZ TAVARES**

Neste capítulo serão analisadas três narrativas do século XIX sobre a Revolução Pernambucana a fim de conhecer como o personagem Domingos José Martins fora representado antes de se tornar um símbolo nas páginas da RIHGES. A primeira é o relato do comerciante francês Louis-François Tollenare, publicado em Paris em 1828. Ele esteve em Pernambuco durante os eventos de 1817, retornando à França em 1819. A segunda faz parte de um compêndio biográfico, de autoria do padre Joaquim Dias Martins, publicada em Recife, no ano de 1853 e intitulada *Os mártires pernambucanos victimas da lyberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. E a terceira se trata de uma obra de história acerca da referida revolução, escrita por Francisco Muniz Tavares – personagem envolvido naquele conflito –, obra que ele começou a redigir em 1832 e que foi publicada em 1840. Os três autores foram contemporâneos ao conflito, e por meio de suas experiências particulares, propuseram interpretações próprias acerca do personagem.

Diversos fatores contribuem para imprecisões em torno da construção de uma história de Domingos Martins, trazendo à tona alguns questionamentos. Neste sentido surge uma primeira indagação: como um homem que participou de um conflito em uma capitania relativamente distante do Espírito Santo, e com interpretações diversas e conflitantes acerca de sua atuação, pôde se tornar símbolo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo? E, indo além, por mais que tenha sido um dos protagonistas da Revolução de Pernambuco, vê-se que não há unanimidade sobre seu passado capixaba. Disputas em relação ao local de nascimento de Domingos Martins, por exemplo, revelam tal problema, como apresentadas no artigo *Domingos Martins*, publicado no periódico *A Província do Espírito Santo* em 1882, e nos livros *História da Litteratura Espirito Santense*, de Afonso Claudio, publicado em 1912 e *Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817*, de Norbertino Bahiense, publicado em 1974.

Em 11 de Junho de 1882, os liberais Cleto Nunes e Muniz Freire, proprietários do periódico mencionado acima, dedicam um artigo de capa ao herói que protagoniza esta dissertação. Para eles,

O nome que encima este artigo recorda a personalidade d'um espírito-santense illustre pelo patriotismo e pelo martyrio [...] Nosso intuito é dar alguns traços da vida e do caracter do espirito-santense Domingos Martins, vulto eminente n'essa conjuração do patriotismo contra o jugo estrangeiro, e cuja memória é um mytho para o geral dos nossos comprovincianos.⁷⁵

⁷⁵ NUNES, Cleto; FREIRE, Muniz. Domingos José Martins. *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 11 junho 1882.

Ali, os autores prosseguem criticando a atribuição de baiano dada a Martins pela “história convencional com que uns áulicos pretenderam armar aos favores do imperialismo”, e defendem que o herói era natural de Vitória. Esta fala, além de mostrar uma defesa do berço de Martins, dá mostras de que havia uma disputa também com a história produzida próximo à Corte, o que será explicado nos próximos tópicos.⁷⁶

Em *História da Litteratura*, Affonso Claudio dedica uma nota de rodapé a Domingos Martins, contando sua trajetória e também defendendo o local de seu nascimento da obra *História do Brasil*, do historiador João Ribeiro, onde constava que Martins era baiano. Além de afirmar que Martins se estabeleceu em Pernambuco em 1814, após retornar dos estudos na Europa, utiliza o artigo mencionado acima para firmar a ideia de que “esse ponto obscurecido por uns propositalmente e por outros inscientemente, ficou debatido de modo a não permittir duvidas”.⁷⁷

Finalmente, no livro de Norbertino Bahiense, este autor aponta vários *erros* no que diz respeito ao nascimento do revolucionário e reivindica encerrar o assunto ao provar que Martins foi sim, nascido em solo espírito-santense. Para ele:

Domingos José Martins nasceu na Província do Espírito Santo, e sobre isto não há dúvida [...] Agora, de uma vez por todas e na sequência que faremos e afirmaremos definitivamente, com exuberância de provas: era espírito-santense e foi o chefe da Revolução Pernambucana de 1817.⁷⁸

Bahiense ainda menciona imprecisões em várias obras históricas, inclusive no dicionário universal de Pierre Larousse, no qual consta que Domingos Martins era português, advogado e lutou contra os espanhóis.⁷⁹

Pretendendo acabar com o imbróglio e provar definitivamente que Martins era capixaba, Bahiense narra alguns fatos curiosos, como o que um senhor capixaba de nome Antônio Martins, atestou que Domingos José Martins nasceu “[...] no lugar denominado Quartéis, ao sul de Marataízes, no ano de 1871 [...]” e que “[...] seu pai, Joaquim Ribeiro, era casado com D. Joana Martins, baiana, e ele, espírito-santense [...]”. Posteriormente, acompanhado pelo Dr. Javert Barros “[...] conceituado radiologista em Belo Horizonte, guiando um valente Volkswagen [...]” na década de 1950, Bahiense foi até a localidade de

⁷⁶ NUNES, Cleto; FREIRE, Muniz. Domingos José Martins... *Op. cit.*

⁷⁷ CLAUDIO, Affonso. **História da litteratura espírito-santense**. Porto: Officinas do “Commercio do Porto”, 1912. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt30cb.pdf> p. 28.

⁷⁸ BAHIENSE, Norbertino. **Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817**. Belo Horizonte: [s. n.], 1974, p. 121.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 122.

Quarteis, começando, assim, a troca de cartas com o sr. Antônio. A partir do contato com este homem, o autor então *garante* que Martins é capixaba por três motivos: “[...] porque o sr. Antônio é pessoa idônea; 2º Nasceu em 1903, no mesmo local, Quarteis, e sempre residiu ali; 3º O que disse sobre Domingos José Martins, ouviu “[...] dos seus pais, avós e pessoas antigas [...]”.⁸⁰

Apesar de tão contundentes defesas, não é possível afirmar com plena certeza que Domingos José Martins era capixaba. No entanto, é importante considerar que, tendo nascido ou não, tornou-se peça importante para a invenção de um “passado glorioso” para os capixabas por meio do IHGES, o que será melhor analisado no terceiro capítulo.

Sabe-se que Martins fixou-se em Recife em 1815 e ali estabeleceu relações tanto comerciais, como sociais com significativa parcela da sociedade, como afirma Denis Bernardes:

Se representássemos graficamente a posição de Domingos José Martins, na teia de sociabilidade política do Recife entre os anos 1815 e 1817, ele aí ocuparia lugar central e estaria também na interseção de diversos outros círculos [...] Suas passagens por Recife e seu estabelecimento a partir de 1815 intensificaram a teia política nucleada a partir da maçonaria e de outros tipos de sociabilidade menos formais e esotéricos. [...] A existência desta rede de sociabilidade, cuja visibilidade foi tal a ponto de ser percebida pela “opinião pública”, não encontra paralelo, no período, em nenhuma outra província do Reino Unido. Nem no Rio de Janeiro, nem na Bahia, para citar cidades costeiras e, portanto, com mais condições de circulação de pessoas e informações.⁸¹

Além disso, há relatos de que Domingos Martins fora visto andando lado-a-lado com negros escravizados e mulatos, inclusive no dia 6 de março, no estopim da Revolução,⁸² o que revela mais um aspecto da complexidade deste personagem. Não se sabe exatamente como Domingos Martins saiu do Espírito Santo, mas seu protagonismo na Revolução se deve ao fato de que ele era um próspero comerciante, tendo viajado a Portugal e Londres, o que provavelmente contribuiu para que ele tivesse contato com as ideias políticas em voga na Europa durante o início do século XIX. E, por não ser membro da nobreza, mas sim, comerciante, e vendo os ingleses possuírem maiores vantagens aduaneiras que os brasileiros, não tinha motivos para ser leal à Coroa portuguesa.

O que se busca analisar no decorrer deste capítulo, então, são três diferentes visões

⁸⁰ BAHIENSE, Norbertino. **Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817...** *Op. cit.*, p. 121-132.

⁸¹ BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo: Hucitec/ Fapesp; Recife: UFPE, 2006, p. 173-175.

⁸² FRANÇA, Wanderson Édipo de. *Gente do povo em Pernambuco: da revolução de 1817 à confederação de 1824.* **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Pernambuco, n. 33, p. 28, 2015.

deste personagem por intérpretes da Revolução. Para isto, antes é necessário que se apresente um panorama geral da Revolução para que se possa contextualizar o processo revolucionário pernambucano.

2.1 – Aspectos gerais da Revolução Pernambucana de 1817

A Revolução Pernambucana foi um movimento ocorrido em meio a insatisfações de setores da elite comercial e religiosa da Capitania nordestina em relação à Coroa.⁸³ Com duração de pouco mais de dois meses, este movimento foi pioneiro na América Portuguesa devido a suas intenções separatistas e republicanas. São traços singulares deste acontecimento: a organização de um governo provisório, o decreto de leis abolindo impostos e determinando o aumento do soldo de militares, e até a interferência no cotidiano popular, no incentivo do uso do pronome de tratamento “vós” em substituição ao “vossa mercê”, almejando certa noção de igualdade entre os cidadãos.⁸⁴

Em 1817, o Brasil era um reino recém-nascido - apenas dois anos antes havia sido elevado a essa condição -, que tinha Dom João VI como monarca e a cidade do Rio de Janeiro como sede da Corte. O português, ao retribuir as boas relações que mantinha com a Inglaterra desde o Bloqueio Continental, concedera vultosos benefícios comerciais a este país por meio do Tratado de Comércio de 1810, que, dentre vários pontos, estabelecia que os ingleses deveriam pagar apenas 15% de imposto sobre as mercadorias nos portos brasileiros (porcentagem menor que a dos brasileiros). Na região Nordeste, enquanto isso, a seca e por consequência, a queda na produção de algodão, provocaram uma grave crise econômica.⁸⁵

Diante dessa situação assimétrica em termos sócio-econômicos entre o Sudeste, sede da Corte, e o Nordeste, decadente desde meados do século XVIII, eclode em

⁸³ Vários historiadores divergem sobre o termo *revolução* quando se fala do evento ocorrido em 1817. Carlos Guilherme Mota, por exemplo, em *Nordeste, 1817*, defende que o movimento não poderia ser considerado uma revolução porque nada tinha a ver com o sentido marxista da palavra, uma luta de classes consciente e organizada. Hoje, entretanto, parece que há um consenso sobre o uso deste termo para definir o movimento. Nesta dissertação, a fim de evitar repetições, serão utilizadas as palavras: revolução, movimento e evento.

⁸⁴ A intenção deste capítulo não é fazer uma análise do movimento revolucionário, mas localizar e a participação de Domingos José Martins e suas interpretações. Um balanço historiográfico acerca da revolução foi feito recentemente por Breno Andrade em função do bicentenário do acontecimento. Ver: ANDRADE, Breno Gontijo. Duzentos anos de 1817: caminhos historiográficos e algumas discussões sobre a Revolução Pernambucana. **Opsis**, Goiás, v. 17, n. 1, p. 121-134, 2017.

⁸⁵ LEITE *apud* VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre a ideia de pátria, país e nação. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 60, 2003.

Pernambuco, no dia 6 de março de 1817, um movimento encabeçado por comerciantes e padres insatisfeitos com a monarquia e os altos impostos, decorrentes da instalação, ocorrida anos antes, da Corte no Rio de Janeiro, o que trazia muito descontentamento naquelas que, em 1815, haviam sido elevadas à condição de Províncias. O então governador, Caetano Pinto Montenegro, refugia-se no Forte (ou Fortaleza) do Brum, rendendo-se aos revolucionários, partindo, em seguida, para o Rio de Janeiro. Em 8 de março foi instaurado um governo provisório, composto por cinco dos líderes da Revolução: João Ribeiro, padre; José Luiz de Mendonça, jurista; Manoel Correia de Araújo e Domingos Teotônio Jorge, militares; e Domingos José Martins, comerciante.

A organização dessa Revolução parece ter sido articulada desde anos anteriores. Naquele início de século XIX, os povos da América e Europa estavam presenciando insatisfações com as monarquias e o florescer das ideias de democracia, simultaneamente com a Revolução Francesa e as independências dos Estados Unidos e dos países da América Espanhola. A análise de Breno Andrade mostra que a circulação destas ideias em Recife acontecia no interior das academias e da maçonaria, instituições classificadas como *esfera pública*.⁸⁶

A influência dos Estados Unidos na Revolução de Pernambuco, por exemplo, pode ser observada em duas ocorrências: a primeira trata-se do episódio de uma carta recebida pelo padre João Ribeiro em 1810, na qual há menção a uma *obra secreta* que deveria ser entregue “ao nosso amigo N”, um americano. Flávio Cabral afirma que essa correspondência parece exprimir planos para a futura revolução de 1817; a segunda, já após o movimento ter sido deflagrado, com a nomeação de Antônio Gonçalves da Cruz “Cabugá”, comerciante, como uma espécie de embaixador para atuar em Washington, tratando de negócios.⁸⁷ Cabugá chegou a se encontrar com John Adams, segundo Presidente dos Estados Unidos, e conseguiu firmar alguns acordos, como o que permitiu a livre entrada de navios pernambucanos nos portos americanos.⁸⁸

Os líderes da revolução também tiveram preocupação em explicar ao povo os

⁸⁶ Andrade utiliza este conceito operacionalizado por dois autores: Jurgen Habermas, e Roger Chartier. A maçonaria e as academias, desse modo, permitiam que seus membros discutissem assuntos referentes à política, por exemplo, de maneira secreta. Cf. HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984; CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2009; ANDRADE, A **guerra das palavras...** *Op. cit.*, p. 113.

⁸⁷ CABRAL, Flávio José Gomes. “HIGHLY IMPORTANT! REVOLUTION IN BRAZIL”: a divulgação da república de Pernambuco de 1817 nos Estados Unidos. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Pernambuco, n. 33, p. 8 *et. seq.*, 2015.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 14.

motivos da revolução por meio da produção de documentos que eram lidos em praça pública. O mais conhecido deles foi o chamado *Preciso*, que buscou esclarecer que o movimento foi, contra, sobretudo, a tirania do rei:

A 8 se instalou o Governo Provisorio composto de cinco patriotas tirados das diferentes classes, o qual o Governo tem sido sempre permanente em suas sessões. O seu primeiro cuidado foi disabuzar os nossos compatriotas de Portugal dos medos, e desconfianças, com que os tinham inquietado os partidistas da Tirania, recebendo a todos com abraços, e ósculos, segurando as suas famílias, pessoas, e propriedades de toda a sorte de injuria, fazendo-os continuar em seu Commercio, trafegos, e ocupações com maior liberdade, que d'antes, proclamando enfim por hum bando os sentimentos do Governo, e do Povo, e não haver mais daqui por diante diferença entre nós de Brasileiros á Europeos, mas deverem todos ser tidos em conta d'hua só e unica família com igual direito e húa só, e a mesma herança, que he a prosperidade geral de toda esta Provincia.⁸⁹

E terminava assinado pelos membros do governo: “Viva a patria, vivao os patriotas, e acabe para sempre a tirania real”, tendo o brasão português impresso de cabeça para baixo.

Após 74 dias, a revolução foi severamente reprimida. Dom João VI mandou cerca de 8 mil militares sob liderança do general Luis do Rego Barreto para acabar com o governo ali instaurado e seus líderes acabaram sendo assassinados – excetuando-se o Padre João Ribeiro, que cometeu suicídio.

2.2 – Notas *dominicaes*, de Louis-François Tollenare

O texto de L. F. Tollenare pode ser entendido como uma narrativa de viagem, típica do século XIX no Brasil. Como se sabe, o país foi destino de inúmeras visitas de viajantes europeus, que anotavam as peculiaridades da natureza e da sociedade do império tropical.

A escrita do viajante, carregada de subjetividade, revelava, portanto, outro aspecto Brasil do Oitocentos - mais que política e economia, o cotidiano do povo. Neste sentido, Samuel Geraldino salienta que a parcialidade do olhar estrangeiro impossibilitava uma narrativa neutra,⁹⁰ proporcionando assim diferentes impressões sobre a América Portuguesa. Para Lorelai Kury, no entanto, é preciso reconhecer que há pouco cuidado na historiografia brasileira quanto aos relatos

⁸⁹ MARTINS, Domingos José [et. al.]. **Preciso**: panfleto impresso em 1817 contra a tirania real em Pernambuco. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/impressoesrebelde/wp-content/uploads/2017/03/Preciso.pdf>

⁹⁰ GERALDINO, Samuel Mateus Gerencsez. **Os relatos de viagem entre a norma e o gosto**: os viajantes franceses e a alimentação no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015, p. 11.

de viagem, pois “[...] são apenas genericamente tratados como fazendo parte de um olhar “de fora”, como se todo estrangeiro fosse igual”.⁹¹

Tollenare foi um comerciante francês que chegou ao Brasil em 13 de novembro de 1816 e aqui ficou até 1918. Tinha intenções de fazer negócios ligados ao algodão pois havia sido dono de tecelagens em Nantes e em Paris.⁹² Sua passagem por terras brasileiras fora registrada em um diário que, posteriormente, foi recolhido e publicado sob o título *Notas Dominicaes*. Nesse relato, ele apresenta também sua percepção acerca da Revolução Pernambucana, pois estava em Recife durante os conflitos, do início ao término.

Sobre Domingos José Martins e o movimento revolucionário, é possível localizar entre os capítulos XI e XXVII a visão do comerciante, e mesmo assumindo que suas impressões sobre o evento são menos cuidadosas devido a outras ocupações, não deixa de tecer comentários e impressões acerca do personagem e do levante.

Considera-se neste tópico o diário também como *testemunho*, pois nele há o relato de uma experiência pessoal transcrita – o comerciante narrando os eventos da revolução do modo como ele os apreendeu. Testemunhar algo pressupõe relatar a verdade do que se viu, “[...] refere-se em primeiro lugar uma experiência cognitiva feita de corpo presente: viu-se, ouviu-se algo que agora se transmite sob forma escrita ou oral”.⁹³ E, neste sentido, acompanha-se a análise de Seligmann-Silva, que entende o objeto diário como um ponto de encontro entre “autor, texto e temporalidade”:

[o diário] parece fornecer ares de veracidade ao leitor, pois “produz páginas que se embaralham com a vida de seu autor-protagonista. Nele somos tocados pelo ar que o personagem respirava. Tendemos ver nele um testemunho [...] A potência que guarda pode ser transformada em energia mesmo muitos anos depois de passados os fatos, justamente porque na estrutura do texto de entrecruzam, em uma trama, a vida íntima com a pública, o trabalho literário com as marcas do “real”.⁹⁴

E, sabendo da impossibilidade de ser encontrada uma única verdade na História, e neste caso, um consenso sobre o personagem-tema da pesquisa, aqui o personagem Domingos José Martins nas notas de Tollenare, é resultado da experiência, da impressão vivida única e exclusivamente pelo francês.

⁹¹ KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1, 2003.

⁹² MOTA, Carlos Guilherme. Presença francesa em Recife em 1817. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Toulouse, v.15, n.1, p. 53, 1970.

⁹³ KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 74-75, 2004.

⁹⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e argumento*. Santa Catarina, v. 2, n. 1, p.7, 2010.

Os relatos acerca da Revolução se iniciam no dia 9 de março de 1817, quando Tollenare escreve que ocorreu no dia 6 “[...] uma revolução bem inesperada [...] fala-se em erigir a Capitania de Pernambuco em República [...] Falava-se de conciliábulos feitos sob as formas maçônicas [...] tinham sido erguidos brindes à independência contra a tirania real e contra os portugueses da Europa”.⁹⁵

A rapidez com que o movimento toma forma é tamanha, que ele anota:

Na manhã de 7 só se saía de casa com receio; os habitantes [...] os insurgentes não tinham perdido tempo; na própria noite haviam organizado uma espécie de governo provisório, e desde a madrugada fizeram intimar ao governador a entrega da Fortaleza do Brum *onde ele havia se refugiado*, oferecendo-lhe em troca garantias para a sua pessoa e para a sua retirada ao Rio de Janeiro.⁹⁶

No relato do comerciante é possível verificar ainda outros acontecimentos do início do conflito, a exemplo da atitude do Governador da Província, Caetano Pinto Montenegro, ao tomar conhecimento da tomada do poder pelos revolucionários:

O governador, que acabava de mandar agir com severidade, não tomou nenhuma medida para fazer respeitar a sua autoridade: à primeira descarga de mosquetaria tomou as suas disposições para fugir; com efeito, evadiu-se por uma rua afastada, protegido por parte da guarda [...] A evasão do governador, de certo perturbou os planos dos conjurados, que era de sitiá-lo em palácio.⁹⁷

A fuga do Governador, mostras de sua inabilidade política, parece ter favorecido a rápida revolução, pelo menos para os membros do futuro Governo Provisório. Entretanto, para o povo, segundo o viajante, – como em vários momentos da história do Brasil – era mais uma revolta que acontecia, não sabendo exatamente contra quem e nem o porquê:

[...] não se vê nenhum entusiasmo, nenhum transporte entre o povo, que parece crer só ter sido a revolução dirigida contra o governador e não contra o príncipe; os novos governantes só pronunciam a palavra república em voz baixa e só discorrem sobre a doutrina dos direitos do homem com os iniciados.⁹⁸

Foram também observadas pelo francês tentativas de mudança no vocabulário e o rompimento com a coroa por meio de uma nova bandeira:

Proscreeu-se da conversação as antigas fórmulas, cuja polidez achou-se demasiado servil. Em lugar de “Vossa Mercê”, diz-se “Vós”, simplesmente; em lugar de Senhor é-se interpelado pela palavra Patrióta, o que equivale a cidadão e ao tratamento de tu, de que nos servimos em França [...] As cruces de Cristo e

⁹⁵ TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicaes**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 181.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 189, grifo nosso.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 186.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 190.

outras condecorações reais abandonam as botoeiras; faz-se desaparecer as armas e os retratos do rei. Prepara-se uma nova bandeira nacional.⁹⁹

A nova bandeira é azul e branca; em baixo, há uma pequena cruz vermelha; na parte azul, em cima, um sol, cercado de um arco-íris, e uma estrela, ao lado da qual se espera ver juntarem muitas outras. Vi o momento em que os governantes iam adotar o pavilhão tricolor francês; perguntaram-me qual a interpretação, respondi-lhes que exprimia a reunião das três ordens que então existiam no estado, e êles o rejeitaram.¹⁰⁰

Além de observador da sociedade, das mudanças que a Revolução provocara, e devido as atividades do comércio, Tollenare transitava pela elite recifense, sendo capaz de narrar e até opinar sobre vários episódios da Revolução, fazendo comentários sobre alguns dos líderes do movimento. Para Carlos Guilherme Mota, o francês era naquele momento

[...] elemento ligado às tentativas de expansão de mercados a que a França se dedicava, e que por isso mesmo foi envolvido nas contradições do processo, oscilando entre a condenação peremptória da revolução e a amizade que votava ao Padre João Ribeiro.¹⁰¹

No diário, há vários relatos que atestam a amizade entre o referido religioso e Tollenare. No trecho a seguir pode se ver além de sugestões do comerciante ao padre, uma confissão deste afirmando que gostaria de “despir a sua batina negra” – tal diálogo só poderia ser realizado entre pessoas que estabelecem um mínimo de confiança mútua:

Disse, há poucos dias ao Padre João Ribeiro que deveria publicar uma gazeta para doutrinar o povo, que nada compreende do que se lhe vai fazer. Assegurei-lhe que um grande número de indivíduos da classe média não se considerava em revolta contra o rei, tendo somente haverem expulso um mau governador, e esperavam receber um melhor da corte do Rio de Janeiro. Confesso nada compreender da sublimidade ou da obscuridade de semelhante política [...] O novo governo alardeia respeito pela religião afim de não ofender a opinião do povo baixo, ou para se conciliar com os vigários que todos esposaram a causa da independência. Mas o padre João Ribeiro me diz que suspira pelo momento em que possa despir a sua batina negra. Afixa-se nas esquinas das ruas: “Viva a Pátria! Viva Nossa Senhora! Viva a Santa Religião Católica! Morram os Aristocratas!” O povo lê isto sem emoção, e, entretanto, tem fome.¹⁰²

O padre João Ribeiro aparece como figura de destaque no relato, e também não poderia ser diferente, pois como membro do Governo Provisório, foi um dos líderes da revolução. Além disso, ele foi professor de Desenho, História Natural e Química.¹⁰³ O francês também faz menção a um gabinete de leitura que estava sendo criado pelo Padre,¹⁰⁴ sobre o qual Breno Andrade afirma que “[...] constituiu-se em um espaço de sociabilidade

⁹⁹ TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicaes...** *Op. cit.*, p. 195.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 215.

¹⁰¹ MOTA, Carlos Guilherme. Presença francesa em Recife... *Op. cit.*, p. 53.

¹⁰² TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes...** *Op. cit.*, p. 206.

¹⁰³ Cf. ANDRADE, Breno Gontijo. **A guerra das palavras...** *Op. cit.*, p. 152.

¹⁰⁴ Cf. TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes...** *Op. cit.*, p. 147.

[...]” na sociedade recifense.¹⁰⁵ Percebe-se, também, que o Padre-intelectual frequentava a casa de Tollenare:

Antes da revolução reuniam-se, à tarde, várias vezes por semana, em minha casa, o padre João Ribeiro e alguns dos seus amigos [...] Êstes senhores desejavam ser instruídos sôbre o estado das artes, das ciências e da filosofia na França, e imaginavam loucamente que um simples negociante era capaz de satisfazê-los sôbre estes pontos importantes; eu lhes dizia o pouco que sei e o que penso, prevenindo-os da fraqueza das minhas luzes [...] Afirmo que nelas jamais se externaram conceitos que pudessem me fazer supor intenções sediciosas. Concordávamos sôbre o progresso das luzes entre os povos, sôbre a caducidade de muitas das suas instituições, sôbre o princípio que faz emanar da própria nação a autoridade de que estão revestidos os reis [...] Tinha então [o padre] um tom exaltado e profético.¹⁰⁶

O padre João Ribeiro instruído que eu havia estado ausente da França durante uma parte da revolução, imaginou que eu tinha emigrado. Só me restituiu a sua confiança quando teve certeza do contrário; tinha como princípio que se devia morrer e não fugir. Êle o poz em prática. Era um homem de ideias extremadas.¹⁰⁷

Acerca da opinião de Tollenare sobre a Revolução, pode-se ter uma pista a partir do trecho supracitado. Ao dizer que nunca manifestou opiniões separatistas nas conversas, que o Padre possuía um “tom exaltado e profético” ou que “era um homem de ideias extremadas”, parece assumir uma posição de neutralidade em relação à Revolução.

Nesta mesma reflexão, pode-se destacar também a relação de inimizade que ele nutria por Domingos José Martins, protagonista desta dissertação e também líder do movimento. Somando-se a isso, do mesmo modo que só há possibilidade de ser amigo de quem se conhece, só é possível ter inimizade com quem, do mesmo modo, se conhece.

No relato do dia 23 de março, Tollenare fez questão de dedicar algumas linhas para justificar esta afirmação, e demonstrando conhecê-lo bem, relata a trajetória daquele que viria a ser o patrono do IHGES e símbolo do povo capixaba. Vê-se que, para ele, Martins não possuía nenhum atributo que o pudesse alçar a posto de grande-homem ou protagonista do movimento. Aliás, para o francês, Martins nem sequer era capixaba:

O Sr. Domingos José Martins é da Bahia. Tem corrido por muito tempo no enalço da fortuna sem atingi-la. Havia estabelecido em Londres uma casa comercial que faliu; retirou-se para o Ceará, onde, por ocasião da alta do algodão, ganhou alguns capitais com que veio estabelecer-se como negociante na praça do Recife. As suas operações aqui não tem nada de brilhantes; a mediocridade de sua fortuna, não lhe permitindo tomar lugar entre o grosso comércio, ficou despeitado e atirou-se à agricultura [...] o sr. Martins é ambicioso e sempre almejou distinções. A sua estada na Europa, os conhecimentos que pretende ter adquirido da política e da administração inglesa lhe emprestaram um certo verniz de habilidade que, junto a um tom doutoral e resoluto, o impõem

¹⁰⁵ Cf. ANDRADE, Breno Gontijo. **A guerra das palavras...** *Op. cit.*, p. 159.

¹⁰⁶ TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes...** *Op. cit.*, p. 209.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 209-211.

alguns dos seus compatriotas. Não tenho motivos para acreditar nos seus grandes talentos; achei-o muito medíocre em uma assembleia a que tinha convocado os negociantes estrangeiros para os fazer entrar em um plano de abastecimento da capitania, mas, tem audácia, é hipócrita, simula energia, altivez, afabilidade protetora, afeta uma certa eloquência ossiânica e com isto consegue iludir [...] Um dos primeiros usos que fez do seu poder foi de haver empregado a ameaça para obter em casamento a filha do sr. Bento José da Costa, primeiro negociante da cidade. A mão desta moça lhe havia sido recusada antes de sua elevação.¹⁰⁸

E continua explicitando o principal motivo de seu desafeto:

Quando lhe recusei o brigue *Felicité*, para ir buscar farinha de trigo nos Estados Unidos, as suas censuras foram amargas, o seu olhar vingativo. Tem já tal confiança na sua autoridade que testemunha uma surpresa brutal quando a sua vontade encontra a menor resistência. Tem a ineptia de não dissimular o seu rancor quando lhe faço algum pedido relativo aos meus negócios. Se não experimentasse uma espécie de aversão pelo sr. Martins; se ele não tivesse acabado tão miseravelmente, eu me deixaria arrastar a mais dizer mal dele. Já digo bastante.¹⁰⁹

Apesar das críticas, Tollenare reconhece a influência e a liderança de Domingos Martins:

Era em casa do sr. Domingos José Martins que se realizavam os jantares brasileiros que já falei; reunia ali os oficiais dos regimentos e emprestava-lhes dinheiro. Considero-o como um dos principais autores da revolução. Se esta suposição é verdadeira (êle o contesta), cumpre que tenha grande firmeza de ânimo, porque, ao ser preso a 6 de março mostrou coragem, e, no momento de sua libertação, manifestou tanto sangue frio, quanta energia correndo e chamando às armas. Hoje, não se dá trabalho algum em justificar a revolução; mas, desenvolve uma grande atividade para fazê-la progredir.¹¹⁰

Em 25 de maio, Tollenare anota que “A revolução de Pernambuco terminou a 20, depois de ter durado dois meses e meio”.¹¹¹ Dias antes, o Padre João havia cometido suicídio, corroborando seu caráter extremado e apaixonado pela causa. E Tollenare, mais uma vez, confirma a amizade que mantiveram:

[...] suicidou-se a três léguas daqui; passeiam a sua cabeça sangrenta pelas ruas da cidade. Quando, a 19, me mandou dizer que o governo estava dissolvido, acrescentou que lamentava não poder me dizer adeus, mas, que eu podia ficar certo de que ele saberia morrer como homem livre. Não era um homem desonesto, mas, estava alucinado pela leitura dos nossos filósofos do século XVIII. O seu crime político não me pode fazer esquecer que fui seu amigo.¹¹²

Sobre Domingos José Martins, conta um fato que não presenciou, mas ouviu dizer:

¹⁰⁸ TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes...** *Op. cit.*, p. 200-201.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 201.

¹¹⁰ *Ibidem*, loc. cit.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 229.

¹¹² *Ibidem*, p. 233.

Sabemos a sorte do sr. Domingos José Martins; ferido na batalha de 14 ou 15, refugiou-se numa cabana e disfarçou-se. Fugindo de asilo em asilo, uma índia o denunciou; prêso, foi embarcado no Pontal e conduzido para bordo da fragata.¹¹³

E encerra, em 13 de julho, mais uma vez demonstrando hostilidade ao capixaba:

Parece que toda a insurreição foi fomentada por Domingos José Martins, que acariciava o projeto de fazer-se chefe do estado, caso fôsse vencedor, e que teria sacrificado o padre João Ribeiro, bem como o Dr. José Luiz de Mendonça, os quais só tinha por si, um, a sua exaltação de iluminado, e outro a sua bonomia metódica. Nada de benfazejo podia emanar de uma fonte tão impura como o sr. Martins. Foi executado na Bahia, assim como o sr. José Luiz de Mendonça e o Padre Miguel.¹¹⁴

Pode-se concluir que no relato testemunhal de Tollenare, Domingos Martins não assume função de herói, mas sim, de um homem comum, considerado líder e influente, porém, nada que o fizesse protagonista de um martírio como o IHGES promoveu cem anos depois.

2.3 – Os mártires pernambucanos, de Joaquim Dias Martins

O livro, publicado em 1853, se assemelha a um dicionário biográfico, em que estão contidas informações acerca da trajetória de personalidades ilustres que participaram dos conflitos nos anos de 1710 (Guerra dos Mascates) e 1817 em Pernambuco. Logo na contracapa, pode ser observada a dedicatória da obra *aos pernambucanos illustres* e o modo como o autor se identificava, *hum luso-pernambucano e observador por 40 annos*.¹¹⁵ Segundo Breno Andrade, as fontes para a escrita do livro são, em sua maioria, orais.¹¹⁶ Esse é, portanto, um fator que o diferencia tanto do relato de L. F. Tollenare, quanto da obra de Muniz Tavares, que será analisada posteriormente. Denis Bernardes também faz um alerta para a análise do livro, que, segundo ele, deve ser realizada com “[...] um mínimo de distanciamento crítico do leitor [...]” devido, sobretudo, às estratégias retóricas utilizadas pelo Padre.¹¹⁷

Entretanto, partindo para o ponto central do tópico, vê-se que Domingos José Martins é identificado na obra como Martins 2º. O primeiro é André, identificado apenas como seu “parente”:

¹¹³ TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes...** *Op. cit.*, p. 235.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 265.

¹¹⁵ MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos:** victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. Pernambuco: Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1853, contracapa.

¹¹⁶ ANDRADE, Breno Gontijo. **A guerra das palavras...** *Op. cit.*, p. 134.

¹¹⁷ BERNARDES, O **patriotismo constitucional...** *Op. cit.*, p. 165.

[...] capitaneista do Espírito Santo porém morador em Pernambuco, em casa, e sôb a tutela de Martins 2º: a qualidade de parente e alguns actos irreflectidos bastarão aos tiranos para o lançarem na lista dos 30 martires, que o Mercurio levou para os cárceres da Bahia, onde sem ter peccado, fez dura penitencia até 1821.¹¹⁸

O verbete de Domingos José é maior e mais elucidativo do que este e assim se inicia:

[...] eis o grande immortal, e malfadado heroe, a quem a fortuna pôde, sim, pôde roubar-lhe tudo, menos o merito, menos a gloria de ocupar um altar no Panteon dos bemfeitores do genero humano [...] Todavia, ensaiaremos um esboço, em que, apesar de imperfeito, achem os vindouros os materiaes para mais bellas composições. Nascêo Martins na capitania do Espirito Santo, d’onde sahio em tenra idade para buscar, na Bahia, esfera proporcionada ás agitações do seo coração presago; n’ella se applicou ás operações do commercio, em que em breve tempo fez progressos consideraveis; mas a estreiteza do theatro, e a absurda escravidão legal, infelizmente convertida em principal ramo do negocio d’aquella capital, o obrigarão a buscar Lisboa: aqui ainda mais escandalizado pelo feroz despotismo, que esmagava os portuguezes, concebeo o grande projecto de passar para a patria de homens livres; e defacto achou meios de partir para a Inglaterra, e estabelecer-se em Londres, como director da caixa da sociedade commercial portugueza, Dourado, Dias e Carvalho.¹¹⁹

Diferentemente do relato do comerciante francês, o capixaba aqui já é introduzido com saudações de protagonista; Domingos José Martins é colocado pelo padre “[...] no Panteon dos bemfeitores do genero humano [...]”, fazendo esta análise inferir que o Padre Joaquim fora simpático à Revolução. Outra significativa e importante diferença em relação à primeira obra analisada é o fato de que Dias Martins “corrige” o local de nascimento do revolucionário. Talvez, o francês, por ter sabido que o capixaba foi para a Bahia “em tenra idade”, deva ter se confundido, ou, realmente, pelo (baixo) grau de simpatia, não se preocupou em verificar corretamente a informação, ou ainda, não se pode excluir a hipótese de Domingos Martins não ter mesmo nascido no Espírito Santo.

Ao denunciar a escravidão como “principal ramo do negócio” de Salvador e o despotismo da Coroa Portuguesa em Lisboa em contraponto à “pátria de homens livres”, se referindo à Inglaterra, pode-se presumir que o Padre poderia ter sido um liberal – aos moldes do início do século XIX brasileiro. O próprio subtítulo do livro, *víctimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, reforça essa ideia, já que os considerados “mártires” morreram por uma causa e foram vítimas dela própria – a liberdade.

Em seguida, em seu trabalho, o Padre Dias Martins discorre sobre as chamadas “sociedades philanthropicas”, termo este que merece ser esclarecido:

¹¹⁸ MARTINS, Joaquim Dias. **Os martires pernambucanos...** *Op. cit.*, p. 257.

¹¹⁹ *Ibidem*, *loc. cit.*

As sociedades philanthropicas lhe abrirão seo gremio, e admirarão o progresso dos seus talentos; mas, apesar d'estas distrações, os fundos da sociedade tiveram augmentos pasmosos, porque, em pouco tempo, Martins pôde estabelecer feitorias em Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, trazendo em perenne movimento quatro navios proprios, e occupados do manejo da mesma sociedade. As vantagens e interesses são incalculaveis, e singularmente, porque fornecião meios ao nosso heroe para se applicar seriamente á sublime theoria da emancipação das colonias, objeto importantíssimo, e diariamente discutido nos clubs do general Miranda, chefe escolhido para a emancipação geral da America Hespanhola [...] com Miranda travou amizade, e se propoz auxiliá-lo, introduzindo no Brasil o plano do immortal Wasington, nome que, sómente pronunciado, o enchia de sublimes transportes! [...] empredeio viajar o Brasil, consolando os socios com novas especulações mercantis: partio com effeito, e visitou as províncias, em que tinha feitorias, apresentando-se n'ellas como modelo de humanidade, beneficencia e produgalidade: he incrível a rapidez, com que se fez idolo da multidão, e singularmente dos officiaes militares, negociantes falidos, e mesmo da classe illustrada [...] Descoberto o campo, ajustadas as figuras e repartida a missão, partio com – Jorge único¹²⁰ - para a Bahia, onde acreditou o colega na grande sociedade philanthrópica, e d'ahi dirigio-se a Lisboa a apurar a colheita das quatro feitorias commerciaes [...].¹²¹

Quando se fala desse tipo de agremiação, no caso da Revolução Pernambucana, é importante salientar que existiam as academias e as lojas maçônicas, ambos espaços de sociabilidade, onde eram discutidos assuntos referentes à política, longe dos olhos das autoridades portuguesas.

Em Recife havia duas academias, a dos Suassuna e a do Paraíso. A primeira foi derivada de um engenho e, segundo Dias Martins, “[...] converteo-se n’uma brilhante Academia, onde os adeptos, e aprendizes, não só da Provincia e nacionais, mas ainda estrangeiros, achavão luz, agasalho e subsídios [...]”,¹²² e a segunda ficava nas dependências do hospital do Paraíso, cujo diretor foi o revolucionário Padre João Ribeiro. Breno Andrade afirma que as mesmas pessoas frequentavam as duas academias, todas essas pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade.¹²³

O outro espaço de sociabilidade importante neste momento era a maçonaria; sendo Domingos José Martins sempre lembrado na historiografia do movimento como maçom. Denis Bernardes afirma, por exemplo, que Martins teria participado da fundação de lojas maçônicas em 1814.¹²⁴ No entanto, Breno Andrade chama a atenção para certo exagero na atribuição da instituição maçonaria como promotora da Revolução de 17, sendo que o mais correto seria dizer que apenas alguns homens, que eram também maçons, foram líderes do

¹²⁰ Domingos Teotônio Jorge, segundo introdução de Muniz Tavares

¹²¹ MARTINS, Joaquim Dias. **Os martires pernambucanos...** *Op. cit.*, p. 258.

¹²² *Ibidem*, p.12.

¹²³ ANDRADE, Breno. **A guerra das palavras...** *Op. cit.*, p. 136.

¹²⁴ BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional...** *Op. cit.*, p. 170.

movimento.¹²⁵ Embora concorde que o corpo social que participava das reuniões nesses locais era basicamente o mesmo, Andrade afirma que não é possível encontrar uma associação entre as duas academias e a maçonaria neste período.¹²⁶

Em relação a Domingos José Martins, ainda no mesmo trecho anteriormente citado, o Padre Joaquim ainda comenta da amizade entre o revolucionário e o General Miranda, um dos idealizadores da independência da Venezuela. Segundo ele, o General se ofereceu em ajudar a introduzir no Brasil as ideias da independência dos Estados Unidos da América.

Continuando na trajetória de Domingos José Martins, o Padre Joaquim conta que ele retornou ao Brasil em 1815, fixando-se em Pernambuco. Além disso, explica as causas que fizeram dessa Província o melhor lugar para que as ideias revolucionárias “tomassem corpo”: o disfarce dos revolucionários nas reuniões secretas e a inabilidade do governador Caetano Pinto Montenegro:

Dissemos d'esta provincia, que tinha melhor disposição, do que as outras para a emancipação; e agora nos explicaremos: todos sabem hoje que, desde a revolução dos Estados-Unidos, os principios democraticos se espalharão pelo Brasil, e muito singularmente, desde que forão adoptados pela revolução franceza: o Governo, porém de Portugal, excitado pelo perigo geral, e ainda mais excitado pelas três conjurações parciaes, de Minas, em 1788, da Bahia em 1798, e de Pernambuco, em 1801, augmentou o rigor e vigilância, obstando com isso a que a doutrina democratica tivesse publicidade: mas os adeptos disfarçarão-se, convertendo-a n'um grande secreto, unicamente conhecido e revelado a pessoas de confiança. O Governo, porém relaxou-se á força das tempestades políticas, e as colonias participarão da relaxação da metrópole: Pernambuco singularmente fez-se escandaloso, sob o generalato de – Montenegro [...] o Governador de Pernambuco fez-se tão desprezível, que o grande secreto tornou-se quasi vulgar, e aguilhoava fortemente a ardência natural dos pernambucanos, a quem faltava somente um gênio assás audacioso para dar movimentos combinados á machina já existente: tal era o prospecto, que se apresentou a Martins na sua primeira vinda, e elle agora na segunda vem aproveitar.”¹²⁷

Para o autor de *Mártires*, o inábil Governador permitiu que Domingos Martins se aproveitasse dessa situação para construir uma rede de influências, pois Martins dava banquetes e hospedava pessoas de fora em sua casa, concedia empréstimos a outros negociantes, entre outros favores, o que dava uma sensação de segurança aos seus parceiros.¹²⁸

¹²⁵ ANDRADE, Breno. **A guerra das palavras...** *Op. cit.*, p.137-138.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 141.

¹²⁷ MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos...** *Op. cit.*, p. 257-258.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 259.

Por fim, o Padre encerra suas impressões sobre Martins contando como se deu a sua morte:

He superfluo dizer que com Martins se acabou a Liberdade, sendo a dissolução do governo provisório, a fuga e deserção da tropa no Paulista, a prisão de grande parte dos co-autores do dia 6 de março e assolação geral do Pernambuco outras tantas consequências da desgraça do nosso heroe, desgraça tanto maior, quanto exacerbada com a certeza d'aquellas mesmas consequencias, sendo acompanhado no mesmo navio por grande parte dos seus consocios, os quaes com satiras e maldições espantosas renegavão a hora, em que o tinham conhecido"... ouvindo estes cantos funebres, chegou á Bahia, em 9 de Junho para dahi a dous dias ouvir a horrorosa sentença da commissão militar, em 11 do mesmo mez, e sofrer a sua execução no dia seguinte, sendo arcabuzado no Campo da Polvora, em 12 de Junho de 1817 [...] Assim acabou Martins, e com ele os 70 dias da muito cara e custosa liberdade pernambucana de 1817...¹²⁹

Vale ressaltar, ainda, que o padre atribuiu sentido negativo ao termo *revolução*, “[...] não para denegrir a honra do nosso heroe [...]”, mas para “[...] servir de lição aos vindouros [...]”,¹³⁰ já que a conquista da liberdade pernambucana custou caro, pois calculou-se que, entre mortos e feridos, foram mais de 250 vidas ceifadas.

2.4 – História da Revolução de Pernambuco em 1817, de Francisco Muniz Tavares

Francisco Muniz Tavares foi um padre, historiador e deputado constituinte pernambucano junto às Cortes de Lisboa às vésperas da Independência do Brasil. Nasceu no ano de 1793 e morreu em 1876. Sua relação com a Revolução de 1817 se encontra no fato de que ele participou do movimento, chegando até a ser preso na Bahia. Ele também foi o primeiro Presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

Nesta seção, será analisada a segunda edição da *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de 1884, de autoria de Muniz Tavares. Na referida edição, há o acréscimo de *Introdução* e *Notas* por Maximiano Lopes Machado - destacado intelectual nordestino da época -, material importante para a contextualização da obra como resposta a críticas vindas de intelectuais ligados ao IHGB. O livro também teve outras três edições: a primeira, de 1840; a terceira, de 1917, revisada e anotada por Oliveira Lima e a quarta, editada pela Casa Civil de Pernambuco, em 1969.

A *História da Revolução de Pernambuco em 1817* é considerada “[...] a primeira publicação de peso em favor dos movimentos políticos do primeiro quartel do século

¹²⁹ MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos...* Op. cit., p. 263.

¹³⁰ *Ibidem*, loc. cit.

XIX”.¹³¹ Devido à sua trajetória de revolucionário à deputado nas Cortes, Muniz Tavares pretende e parece assumir algumas vezes no texto uma posição de neutralidade em relação aos eventos ocorridos em Pernambuco, mas nunca deixando de defender o pioneirismo e grandiosidade da Revolução, como afirma no *prefácio*:

A revolução de Pernambuco em 1817, bem que mui pouco durasse, fará sempre epoca nos annaes do Brasil: tempo virá talvez, em que o dia seis de Março, no qual ella foi effectuada, será para todos os Brasileiros hum dia de festa nacional [...]¹³²

Não por acaso, em 8 de junho de 1917 o governo do Estado de Pernambuco promulgou a lei 16.059, que estabelece o dia 6 de março como data magna estadual.¹³³

À época da primeira edição, Tavares preferiu manter-se neutro em meio aos conflitos do poder local e nacional, procurando também não afrontar o poder imperial. No entanto, a obra não deixou de sofrer críticas no interior do IHGB por dois dos mais importantes membros da época: o Cônego Fernandes Pinheiro e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Em 1861, conta Maria da Glória de Oliveira, que o Cônego Fernandes Pinheiro fez duras críticas na Revista do IHGB à *História* porque Tavares colocava Luís do Rego¹³⁴ como algoz da Revolução. E apesar de ter sido escrita por uma testemunha ocular, o Cônego, assim como Varnhagen, a considerava enviesada e temia que fosse considerada, *a posteriori*, a verdade dos fatos.¹³⁵ Fernandes Pinheiro pretendia fazer justiça ao militar português, ao constatar que “[...] injusta fora até aqui a história para um respeitável varão”,¹³⁶ e propunha que seu texto assumisse, assim, a função de um tribunal da posteridade.

Do mesmo modo, Varnhagen, em sua *História Geral do Brazil*, fez severas críticas à Revolução, quando afirmou o seguinte:

Ao sensato leitor brasileiro que tenha reflectido no estado próspero do Brazil, que se colige de quanto fica referido nas precedentes secções, deixamos que sinta

¹³¹ SILVA, Luiz Geraldo; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 155, 2010.

¹³² MUNIZ TAVARES, Francisco. **História da Revolução Pernambucana de 1817**. 2. ed. Recife: Typ. Industrial, 1884. p. 1.

¹³³ **Feriado estadual em homenagem à Revolução Pernambucana de 1817 vira lei**. G1. <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/lei-institui-revolucao-pernambucana-de-1817-como-feriado-estadual.ghtml>

¹³⁴ Luís do Rego Barreto (1777-1840) foi o militar designado por D. João VI para reprimir os insurgentes da Revolução Pernambucana.

¹³⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n.43, p. 296, 2010.

¹³⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 143.

e decida em consciencia se lhe parece que haveria motivos para que, em alguma extensão maior do Brazil, se intentasse uma revolução contra o benefico Sr. D. João [...] entretanto, uma revolução, proclamando uma republica absolutamente independente da sujeição á corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em março de 1817. É um assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico que se nos fôra permitido passar sobre ele um veio, o deixaríamos fóra do quadro que nos propoemos traçar.¹³⁷

Vão decorridos já quarenta annos depois desta insurreição, e os successos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mytho heroico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum.¹³⁸

Varnhagen utiliza-se da edição de 1840 para criticar o modo como a Revolução estava sendo interpretada pela historiografia no momento, já que em 1857, quando o seu livro fora lançado, decorriam 40 anos do evento. Para iniciar sua reflexão, o Visconde de Porto Seguro transcreve a passagem na qual Tavares aponta a situação próspera da capitania antes da Revolução e as atribuições de “[...] varão probo, iluminado e prudente [...]” atribuídas ao governador Caetano Pinto Montenegro, para defender que não havia motivos para que um conflito irrompesse naquele lugar. O que motivou o conflito, para Varnhagen, foram as animosidades entre os portugueses e pernambucanos, atribuindo certo protagonismo ao “baiano” Domingos José Martins:

[...] o negociante Domingos José Martins, filho da Bahia, educado em Inglaterra, e de maneiras insinuantes, tomou como outros muitos Brasileiros mais entusiastas o partido dos officiaes pernambucanos [...] censurava a altas vozes o proceder do capitão general, e citando para tudo os Estados Unidos, e a sua prosperidade, não perdia ocasião de manifestar admiração por esse paiz.¹³⁹

Ao falar do capixaba, Varnhagen escreve influenciado pelos relatos de Tollenare, do viajante Ferdinand Denis¹⁴⁰ e de Gervásio Pires Ferreira, que declarou ser Martins “[...] dotado de fiduciosa ignorância em materias commerciaes [...]”. Varnhagen frisa que “por isso naturalmente quebrára a casa commercial que começou por estabelecer em Londres”.¹⁴¹

Varnhagen tem uma visão negativa não só de Martins, mas também da Revolução, pois para ele, fora uma insubordinação provocada que resultou num motim.¹⁴² Sabe-se também que ele, como monarquista e fiel ao projeto de centralização promovido pelo Segundo

¹³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Casa de E & H Lammert, 1857. p. 373.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 374.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 375 *et. seq.*

¹⁴⁰ Ferdinand Denis (1798-1890) foi um viajante francês e autor de livros sobre o Brasil.

¹⁴¹ VARNHAGEN, Francisco. **História geral do Brazil...** *Op. cit.*, p. 381.

¹⁴² *Ibidem*, p. 379.

Reinado,¹⁴³ certamente condenaria este ou qualquer movimento que pusesse em xeque a unidade do império. A Revolução Pernambucana para ele significava, portanto, ferir a integração do território, projeto tão caro à monarquia. No fim de seu texto, critica os movimentos que reivindicavam separação, pois “[...] o provincialismo associam-se apenas idêas de interesses provinciaes, quando principalmente as de gloria andam anexas ao patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo”.¹⁴⁴

As duas interpretações que foram de encontro à primeira edição da obra de Muniz Tavares expressam uma historiografia comprometida com o que Manoel Salgado Guimarães chama de “projeto de história nacional”, promovido pelo IHGB. Neste espaço, “[...] Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional [...]”,¹⁴⁵ ou seja, escrever a história do Brasil independente seria elaborar uma continuação da colonização fazendo com que tudo o que representasse ruptura entre Brasil e o além-mar, fosse evitado. Percebe-se no Brasil do século XIX que a centralização política desejada pelos mais próximos à Coroa caminhava lado-a-lado das chamadas “pequenas-pátrias”, movimento de valorização e reafirmação das particularidades locais das províncias. Armelle Enders cita, como exemplo, o caso de Pernambuco, onde isto ficou mais evidente, com criação do primeiro instituto histórico regional, os estudos acerca da presença holandesa no litoral e das revoluções de 1817 e 1824.¹⁴⁶

Há ainda a interpretação de outro importante historiador do século XIX brasileiro, Abreu e Lima, acerca da Revolução. Thamara Rodrigues, ao analisar as disputas entre esta interpretação e a de Varnhagen, afirma que no *Compêndio de História do Brasil (1842)*, Abreu e Lima, cujo pai foi morto nos conflitos de Pernambuco, creditou as causas da Revolução à rivalidade entre brasileiros e portugueses, acentuada com a vinda da família real para o Brasil. O autor formulou, assim, “[...] uma interpretação histórica em torno da Revolução de 1817 afastando-a da herança lusa e atribuindo através da Revolução uma

¹⁴³ Sobre Varnhagen e a escrita de História Geral do Brasil, ver: CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 2007; SILVA, Jussara Rodrigues da. **Épocas, notas e citações**: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na *História Geral do Brasil* (1854-1857; 1877). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

¹⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco. **História geral do Brasil...** *Op. cit.*, p. 392.

¹⁴⁵ SALGADO GUIMARÃES, Manoel. **Nação e civilização nos trópicos...** *Op. cit.*, p. 6.

¹⁴⁶ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 28.

identidade à nacionalidade brasileira de luta e resistência [...]”.¹⁴⁷ Ou seja, enquanto Varnhagen defendia a manutenção da monarquia, Lima teve certa ousadia em “responsabilizar”, de alguma forma, os portugueses.

Postos estes debates envolvendo a primeira edição de *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, é importante analisar o que ocorre em 1884, com a publicação da segunda edição da obra promovida pelo IAGP. Nesta edição, há a adição de introdução e notas que visavam a defesa do livro das críticas vinda do sul, mais especificamente de Varnhagen, escritas por Maximiano Lopes Machado¹⁴⁸ em 1883, que inicia o texto da seguinte forma:

O testemunho de um homem honrado, presente aos factos sobre que depõe, contém maior grau de certeza que o de outro que nada viu e se inspirou em tradições vagas e, muitas vezes, sem nexos. E quando aquelle homem persiste em manter desinteressadamente a sua palavra e a sua fé, até mesmo ante o espectáculo tremendo da morte, e vem depois informações fidedignas e documentos que confirmam o seu testemunho, então já não ha duvida de que ahi está a verdade. A *História da Revolução de Pernambuco em 1817* está neste caso. O Doutor Muniz Tavares escreveu o que viu e lhe referiram pessoas de reconhecida probidade, como ele o affirma no seu pequeno *Prefácio*.¹⁴⁹

Assumindo a defesa da obra de Tavares, Machado credita a credibilidade da obra ao fato de o autor ter participado do conflito, sendo testemunha dela, ao contrário de Varnhagen, que “nada viu”. Hérick Meneses, ao analisar a historiografia de Machado, afirma que ele buscava na escrita da História a exatidão nos fatos, sendo somente as testemunhas oculares dos eventos consideradas aptas a apresentar a verdade.¹⁵⁰

Para Machado, as obras dos autores representantes do IHGB não podem ser fidedignas porque eles “[...] não estiveram presentes aos fatos que narram, nem obtiveram informações de pessoas que os presenciassem; e por isso não podiam antepor seus nomes, por mais respeitáveis que fossem, ao testemunho de Monsenhor Muniz Tavares”.¹⁵¹

¹⁴⁷ RODRIGUES, Tamara de Oliveira. A revolução pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 1, p. 302, 2017.

¹⁴⁸ Maximiano Lopes Machado (1821-1895) foi autor do primeiro livro de História sobre o estado da Paraíba e da introdução da segunda edição de *História da Revolução de Pernambuco em 1827*, em 1883. Durante a vida foi também juiz, promotor e membro do Partido Liberal.

¹⁴⁹ MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução. In.: *História da Revolução Pernambucana em 1817*. 2 ed. Recife: Typ. Industrial, 1884, p. 4.

¹⁵⁰ MENESES, Hérick Dayann Moraes de. *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, 2009, p. 53 et. seq.

¹⁵¹ MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução... *Op. cit.*, p. 5.

Entretanto, faz uma crítica a Tavares, afirmando que a obra possui um defeito, de método – para Machado, faltavam ser apontadas as causas da Revolução.¹⁵²

Lopes Machado critica também o (já citado) polêmico trecho de Varnhagen, e o acusa de não ser neutro, por retirar da história da Revolução indivíduos próximos a ele (possivelmente ligados à monarquia), tomando assim, partido:

Quando a história desta revolução não fosse já para o espirito de Varnhagen – assumpto tão pouco sympathico que preferia lançar sobre ele um denso veo a dedicar-lhe algumas linhas truncadas -, bastava para reconhecer-se a sua prevenção o esforço que fez em desligar certos homens, que lhe pareceram de mais consideração, para concluir por esse meio, que ella foi obra exclusiva de indivíduos sem importância! [...] bastava somente isso para convencer que o historiador descendo das alturas da sciencia, vein ao campo politico, armado de preocupações partidárias, arremetter e humilhar tão nobres caracteres, sem lhe pesar ao mesmos a lembranças daquele sangue generoso com que regaram o solo desta terra legendaria por amor a liberdade.¹⁵³

Posto isso, chega-se finalmente à obra de Muniz Tavares. Dividida em 21 capítulos, aqui selecionou-se trechos que evidenciam Domingos José Martins, o qual o autor ilustra como um dos chefes da conspiração junto com o Padre João Ribeiro, Antonio Gonçalves da Cruz e alguns outros oficiais.¹⁵⁴

Sobre a origem da Revolução, Tavares aponta que veio da rivalidade entre brasileiros e portugueses, pois “[...] estes, naturalmente orgulhosos, escudados com a força material, reputavão-se únicos senhores do Paiz, que os acolhia, e elevava; nascer Brasileiro era hum titulo de inferioridade. O ministério portuguez em vez de desarraigar com a justiça imparcial a nascente discordia, a fomentava [...]”.¹⁵⁵ E ainda salienta a influência da independência dos Estados Unidos, que, para ele, deveria ter sido interpretada e implantada na província pelos revolucionários com ressalvas, pois

[...] ainda não bem versados no estudo da politica, eles imaginavão que qualquer instituição caracterizada útil era applicável a todos os povos, sem se lembrarem que com facilidade pode-se transplantar a lei, mas não o espírito da Nação; não pensavão que no Brasil existia hum throno, e occupado por hum Rei naturalmente bom, circumstancia que muito diversificava a posição.¹⁵⁶

Este trecho é o que melhor pode expressar o paradoxo da interpretação de Muniz Tavares ao narrar a sua *História* com a sua experiência. Sabe-se que ele foi participante desta revolução, chegando até mesmo a ser preso. De caráter e inspiração republicana, essa

¹⁵² MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução... *Op. cit.*, p. 7.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 52

¹⁵⁴ MUNIZ TAVARES, Francisco. **História da Revolução Pernambucana...** *Op. cit.*, p. 14.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 9.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 11.

Revolução tinha como mote principal a saída da Corte Portuguesa naquela província, e a visão do “rei naturalmente bom” pode ter sido adquirida assim que Muniz Tavares fora deputado nas Cortes, por isso, talvez, avaliação mais cuidadosa acerca da monarquia. Sobre este problema, Breno Andrade fornece uma possível resposta, a de que “[...] o momento da publicação da obra [1840] coincide com um período histórico bastante conturbado, o período regencial, com pelo menos cinco revoltas em menos de dez anos [...]”,¹⁵⁷ o que permite concluir que Tavares, possivelmente, adquiriu postura mais conciliadora e moderada em relação à Coroa.

No geral, percebe-se que a *História* de Muniz Tavares se mostra mais completa que os outros dois textos analisados, pois além de mostrar fontes e crítica, tem a pretensão de ser uma história geral do movimento.¹⁵⁸ Soma-se a isso o fato de que não foi possível verificar na obra nenhuma atribuição de protagonismo ou particularidade especial a Domingos Martins, inclusive, tendo o autor criticado em vários momentos os líderes da Revolução, pois, para ele, “[...] convinha [aos revolucionários] falar ao povo, explicar os motivos da revolução, e apontar as vantagens, que dela virião: he esta a marcha primaria dos novos Governos”.¹⁵⁹

Especificamente sobre Domingos José Martins, Tavares afirma que “[...] era hum simples negociante, desde a sua infância nenhuma outra profissão havia seguido; não era despido de talento, amava a gloria, e procurava distinguir-se; a estrada, que ora seguia, não era feita para o ilustrar [...]”.¹⁶⁰

Pode-se concluir neste capítulo, que nenhuma das três obras atribui a Domingos Martins o caráter heroico que o IHGES construiu e que veremos com mais detalhe no próximo capítulo. Nos textos analisados, vemos que nenhum dos autores desconsidera seu papel como um dos líderes da Revolução, mas nada que faça dele um mártir ou até mesmo, um símbolo da independência brasileira, tanto que esse papel foi posteriormente reservado a Tiradentes, participante da Inconfidência Mineira de 1789. A tarefa do terceiro capítulo, portanto, será a de analisar, no interior do IHGES, por meio das revistas, de que modo Domingos José Martins adquiriu tamanha importância, sendo alçado ao posto de mártir republicano, e patrono da instituição.

¹⁵⁷ ANDRADE, Breno. Duzentos anos de 1817... *Op. cit.*, p. 124.

¹⁵⁸ MUNIZ TAVARES, Francisco. **História da Revolução Pernambucana...** *Op. cit.*, p. 36-37.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 39.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 180.

CAPÍTULO 3

A EMERGÊNCIA DO HEROI REPUBLICANO: DOMINGOS JOSÉ MARTINS NAS PÁGINAS DA RIHGES

*Com a transformação das províncias em estados dotados de ampla autoridade, ganharam considerável destaque a história local, o culto aos filhos ilustres do país e os monumentos em homenagem à participação regional na construção nacional [...] As autoridades regionais e municipais encomendaram monumentos ou pinturas que imortalizassem a fundação de suas cidades e os fatos marcantes de sua história.*¹⁶¹

O trecho acima relata algo que foi recorrente nos anos iniciais da república brasileira: a emergência de símbolos e/ou heróis para reforçar as ideias do novo regime perante a sociedade. No estado do Espírito Santo, esse movimento se relaciona diretamente à criação do IHGES e à mobilização do personagem Domingos José Martins como representante de valores republicanos. Neste capítulo, a intenção é discutir como o uso deste mecanismo – a criação de heróis - serviu para que esta nova forma de conduzir a política fosse assimilada pelo povo com mais facilidade, com ênfase no caso capixaba, por meio do IHGES e sua revista. Como referências historiográficas, serão utilizados dois autores que se dedicaram ao estudo da formação de símbolos no alvorecer do século XX brasileiro: José Murilo de Carvalho e Armelle Enders.¹⁶²

Como afirma Carvalho, heróis “são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”,¹⁶³ portanto, meios bastante eficazes de difusão de conceitos, podendo ser até mesmo respostas a determinados anseios coletivos. E para o Brasil da época, composto por uma população majoritariamente analfabeta e pobre, era necessária a criação de um herói que pudesse reunir características republicanas de fácil entendimento. Isto demandou bastante articulação, já que a República não foi simplesmente proclamada, mas sim, praticamente imposta – remetendo à famosa frase de Aristides Lobo, segundo o qual o povo assistiu a tudo aquilo bestializado. Carvalho acredita que apesar de alguns personagens terem sido importantes no processo de implantação da República, como Deodoro da Fonseca ou Benjamin Constant, nenhum deles reunia virtudes que pudessem ter aderência no imaginário popular, pois não possuíam “profundidade histórica, não tinham estatura exigida para o papel. Não pertenciam ao movimento da propaganda republicana, ativa desde 1870”.¹⁶⁴

Na história do Brasil, até então, quem melhor possuía as qualidades de herói era

¹⁶¹ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação...** *Op. cit.*, p. 276.

¹⁶² Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990; ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação...** *Op. cit.*

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas...** *Op. cit.*, p. 55.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 57.

Tiradentes, o protagonista da Inconfidência Mineira ocorrida no ano de 1789. Embora houvesse disputas historiográficas acerca de sua participação, a partir do surgimento dos clubes republicanos espalhados pelo território brasileiro, a memória de Tiradentes passou a rivalizar com a de D. Pedro I, sendo criada uma espécie de “batalha entre Monarquia e República”.¹⁶⁵ Em sua digressão sobre a escolha e mobilização de Tiradentes, o autor conta que após a Proclamação, o culto a este personagem foi estimulado, culminando na declaração de 21 de abril como feriado nacional no ano de 1890.¹⁶⁶ Complementando a reflexão, Enders reitera que Tiradentes “foi o personagem que mais saiu ganhando com a partida da família real”.¹⁶⁷

Em que pese a escolha de Tiradentes, cabe o questionamento do lugar da Revolução de 1817 neste momento, já que pelo menos por quarenta e quatro dias as ideias de República foram, de certo modo, postas em prática. Por que não escolher um personagem deste evento como símbolo ou herói? A hipótese aqui defendida para esta não-escolha tem a ver com uma questão geográfica, pois, por ser mais próximo da capital do país, Rio de Janeiro, o estado de Minas Gerais saiu “em vantagem”. Além disso, Pernambuco, neste momento, não era mais um estado com tanto peso político como no período colonial ou início do século XIX.

Todavia, a Revolução não foi desconsiderada, mas sim, lembrada. Nos tópicos a seguir, verifica-se que em 1917 o movimento repercutiu. Houve comemorações do centenário da Revolução tanto no âmbito nacional, dentro do IHGB (que será comentado mais à frente), quanto em âmbito local, ao se considerar a fundação do IHGES.

3.1 - A recepção da Revolução Pernambucana na criação do IHGES: a invenção de um herói republicano e capixaba

Mudança de século, mudança de regime. Certamente isso também se manifestou na escrita da história, que no advento da República foi marcada por re-significações. Para Maria Tereza Chaves de Mello, esse ambiente propiciou a criação de uma cultura democrática e científica reforçada pela linguagem tanto literária, quanto dos jornais. Tendo

¹⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... Op. cit.*, p. 61.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 64.

¹⁶⁷ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação... Op. cit.*, p. 278.

como chave metodológica os *conceitos antitéticos e assimétricos* de Reinhart Koselleck,¹⁶⁸ a autora mostra que à *República*, passam a ser incorporadas ideias e palavras como *liberdade*, *ciência*, e *futuro*, enquanto que à *Monarquia*, *atraso*, *tiranía* e *passado*. O uso destes dualismos que opunham os dois regimes na linguagem fez com que os ideais republicanos se difundissem na sociedade com mais clareza e aceitação. Para a autora, isso se procedeu de maneira tão eficaz, que ela não considera que o povo assistiu a Proclamação bestializado, mas sim, acabou consentindo com a sua urgência e necessidade.¹⁶⁹

Em relação ao mesmo período, Francisco Sousa segue esta mesma perspectiva, porém examinando no IHGB as recepções da República por meio das “molduras” *proclamação* e *revolta*. Grosso modo, como revolta, os primeiros anos da República foram relacionados ao período regencial, sendo os tempos da República da Espada (1889-1894) semelhantes àquele período de transição, ruído e anarquia; e como proclamação, interpretava-se que a República ocorreria inevitavelmente, sendo parte de uma luta instintiva do Brasil contra a sua condição colonial.¹⁷⁰

Partindo destes dois autores – Mello e Sousa -, pode-se pensar o IHGB como importante *locus* de ressignificação histórica no início da República. Um exemplo para sedimentar esta ideia é o caso da Revolução Pernambucana, que nesta época adquire um novo *status*, e, que posteriormente, no IHGES, foi interpretada sem questionamentos de sua importância perante a história do Brasil.

No entanto, não se pode esquecer que no século XIX este evento foi alvo de disputas interpretativas. Jurandir Malerba considera que a história da Revolução, no geral, foi contada por duas visões polarizadas: a apologista, vinda de escritores como Maximiano Lopes Machado, já comentado no capítulo anterior, e a depreciativa, divulgada, sobretudo,

¹⁶⁸ Trata-se dos conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Para decifrar o problema da historicidade e a formação da consciência histórica nos indivíduos, Koselleck demonstra que é impossível pensá-las sem considerar a importância do passado e de suas experiências como ingredientes que informam no presente sentidos e caracteres que podem ser mobilizados em sintonia com os projetos de futuro, tanto inspirados nestas experiências vividas, quanto descolados delas em projetos radicalmente novos. Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006, p.191-231.

¹⁶⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, Niteroi, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

¹⁷⁰ SOUSA, Francisco Gouvea de. **Proclamação e revolta**: recepções da república pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

a partir do IHGB.¹⁷¹ Ainda dentro deste instituto, Thamara Rodrigues analisou as disputas no sentido das diferenças nas abordagens da escrita e circulação: a história disciplinar, representada por Varnhagen e a história popular, representada por Abreu e Lima. Apesar de já ter sido apresentada a divergência entre esses autores, é importante salientar que Rodrigues diferencia a história de Varnhagen, que era destinada a um público mais especializado, da de Abreu e Lima, destinada a um público leigo, menos criterioso, distinto do que eram os intelectuais do instituto brasileiro.¹⁷²

Em meio a essas disputas ainda insere-se aqui a discussão feita por José Carlos Reis em seu recente livro *As identidades do Brasil 3*, no qual o autor analisa a produção de histórias regionais do Brasil – destaca-se aqui a fluminense, que ele denomina “história saquarema”, encabeçada por José Murilo de Carvalho e a pernambucana, denominada “história nativista”, representada por Evaldo Cabral de Mello.

Referindo-se à historiografia produzida no Rio de Janeiro, Reis considera que esta acaba justificando ou legitimando o período imperial como sendo “o melhor período da história brasileira”,¹⁷³ e prossegue:

[O Rio de Janeiro] tem nostalgia desse tempo saquarema. Após a ascensão de São Paulo, com seu “tempo bandeirante”, na República, a oligarquia fluminense invoca o passado, o período em que sua província era hegemônica na condução política do país [...] A “velha província” é lembrada como uma idade de ouro um tempo mítico e idealizado. O Império é lembrado como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais, que deve ser recuperado.¹⁷⁴

Sobre a produção vinda de Pernambuco e a escolha de Cabral de Mello como exemplo, Reis afirma que tal escrita “lamenta o rumo monárquico e centralizador imposto pela Corte; lamenta mais ainda a “historiografia saquarema” que legitimou de forma subserviente essa imposição ao Rio de Janeiro”.¹⁷⁵

Guardadas as devidas proporções, distanciando do caráter crítico da obra, e transportando este modelo ao século XIX, entende-se aqui que a Revolução Pernambucana também pode ser analisada por meio desta chave, pois viu-se que o modelo saquarema depreciou o movimento por este ir de encontro aos interesses da Coroa, enquanto o

¹⁷¹ Esta idéia faz parte da conferência intitulada *Revisitando a Revolução de 1817: tempos e narrativas da construção de um fato histórico*, apresentada na cidade de Montevideu em setembro de 2017 e foi disponibilizada a mim pelo autor.

¹⁷² RODRIGUES, Thamara. A revolução pernambucana e as disputas historiográficas... *Op. cit.*, p. 302.

¹⁷³ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 3*: de Carvalho a Ribeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 35.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 75.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 208.

nativista, pernambucano enalteceu as suas conquistas e enfatizou as suas particularidades.

Já no século XX, observa-se que dentro do IHGB ocorre um revés de sentido em relação à Revolução. O movimento de Pernambuco, condenado até então, passa a ter sua importância considerada, afinal, neste momento a República precisava de respaldo e legitimidade também na história, e não só na política.

Lúcia Guimarães faz uma minuciosa descrição de acontecimentos desde Varnhagen até as comemorações do Centenário, ocorrido em 1916, para mostrar como essa transformação se deu.¹⁷⁶ Na cerimônia ocorrida nas dependências do IHGB, o pernambucano Alexandre Barbosa Lima¹⁷⁷ proferiu uma fala crítica à historiografia veiculada por aquela instituição, pois reduziu a Revolução a um episódio coadjuvante.¹⁷⁸ No entanto, pode-se considerar o ápice desta reviravolta quando o então presidente Conde Afonso Celso profere que o evento “procedeu com energia, bravura e honestidade, pagando com o holocausto de muitas preciosas vidas a aspiração de ver o Brasil independente”.¹⁷⁹ Para Guimarães, portanto:

a celebração do centenário de 1817 rompera com a memória nacional forjada no Instituto Histórico ao longo do século XIX e, por tabela, com a historiografia que lhe era tributária. A rebeldia do *Leão do Norte* passou a ser festejada como precursora da Independência e da república.¹⁸⁰

Nesse sentido, Mariana Ribeiro chama a atenção para o caráter federalista do Brasil da época, pois ainda que houvesse essa relativa autonomia dos estados, o país era, de fato, uma nação única. Ela entende que a comemoração do centenário da Revolução Pernambucana no IHGB pode ter sido parte de um movimento que pretendia dar voz às demandas dos outros estados, afastados dos dominantes “Café-com-Leite” (Minas Gerais e São Paulo), sendo fundamental “abrir o leque de opções que resultaria no panteão cívico

¹⁷⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a república: a Revolução de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In.: LESSA, Mônica; Fonseca, Silvia (org.). **Entre a monarquia e a república**: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

¹⁷⁷ Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931) foi um “republicano histórico”. Dentre suas atribuições na vida pública, pode-se destacar as seguintes: participou da Assembleia Constituinte de 1890, foi Presidente do estado de Pernambuco durante o governo Floriano Peixoto e senador da república até 1930, tendo o mandato interrompido com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Cf. LOPES, Raimundo Helio. In: ABREU, Alzira Alves de (Coordenadora geral). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Alexandre%20Barbosa.pdf>

¹⁷⁸ *Ibidem*, p.158-159.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 160.

representante da nação”.¹⁸¹ No entanto, mais do que comemorar, era importante fazer com que o movimento pernambucano assumisse o papel de precursor das ideias republicanas e que seu caráter separatista fosse silenciado.¹⁸²

Em meio às comemorações do centenário da Revolução Pernambucana de 1817, entende-se aqui a fundação da RIHGES como parte delas. A revista tem seu primeiro número publicado em 1917¹⁸³ - semelhante ao caso do IHGB, criado em 1838, tendo sua primeira revista publicada também um ano depois.



FIGURA 4: Capa da RIHGES, n.1. Fonte: elaborada pela autora.

¹⁸¹ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817.** Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p. 192

¹⁸² *Ibidem*, p. 194.

¹⁸³ Para informações mais detalhadas sobre a revista e seus conteúdos, ver o minucioso estudo de autoria do atual presidente da instituição: NEVES, Getúlio. **Notícia do instituto histórico e geográfico...** *Op. cit.*

Atualmente a revista está em seu 74º número e por algum tempo, não houve constância na publicação devido a alguns vazios de publicação ou hiatos, sendo os mais significativos entre os anos de 1918 e 1922, 1945 e 1957, e 1970 e 1981.¹⁸⁴ O atual presidente Getúlio Neves considera como *grandes hiatos* apenas o segundo e o terceiro intervalo aqui mencionados. Este autor ainda se refere ao vazio de 1945 a 1957 como “anos em que o Brasil e o mundo procuravam se recuperar dos efeitos da Segunda Guerra Mundial” e em relação a 1970 e 1981, afirma que o instituto estava comprometido com reformas em sua sede.¹⁸⁵

Considera-se aqui o primeiro intervalo importante, pois do primeiro ao segundo número passam-se quatro anos. O número publicado somente em 1922 foi impresso pelas Oficinas da Imprensa Estadual, órgão do governo, informação que pode nos levar a afirmar que a melhor hipótese para o intervalo seja a falta de recurso para a impressão. Nesta revista ainda, não há nenhuma nota que explique o interregno, diferente das demais, como veremos a seguir.

Em 1957, encerrando a interrupção, a revista retorna a partir do número 17 com a seção *Explicação Necessária*, assinada pela Diretoria, que assim diz:

Reaparece a Revista do instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, cuja publicação se interrompeu com o número 16, referente a dezembro de 1944 [...] Procuraremos agora regularizar a publicação da Revista, editando-a, pelo menos, uma vez por ano, para o que esperamos continuar contando com o apoio do Governo do Estado. E, ela há de ser o que vem sendo até agora: um repositório de estudos de geografia e de história, especialmente no que concerne ao Estado do Espírito Santo.¹⁸⁶

Na mesma nota, ainda, há também um agradecimento ao Diretor do Departamento de Imprensa Oficial, Harry Freitas Barcelos, por ter conseguido do então governador Francisco Lacerda de Aguiar a publicação da revista com o apoio do estado.

Por fim, o último *grande hiato*, referente à pausa da década de 1970, se finda com a publicação da revista número 31/33 em 1982. Na capa é possível ver, entre o título e o brasão do instituto, dizeres informando que o periódico foi publicado “sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Vitória”.

¹⁸⁴ NEVES, Getúlio. *Notícia do instituto histórico e geográfico...* Op. cit., p. 55.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ Explicação necessária. *RIHGES*, n. 17, 1957, s/p.

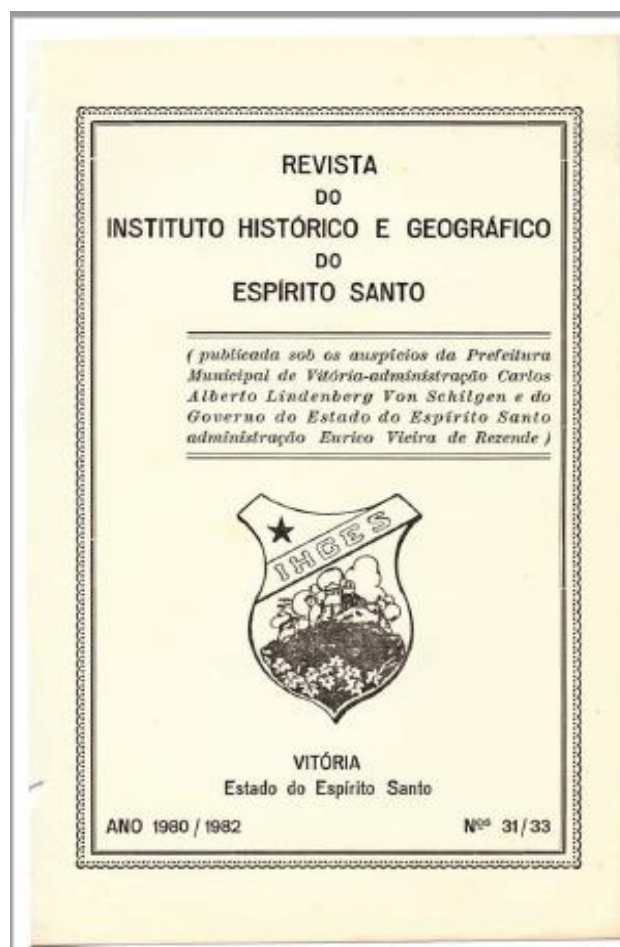


FIGURA 5: Capa da RIHGES, n.31/33. Fonte: elaborada pela autora.

Neste mesmo número uma nota explicativa intitulada *Nossa Revista*, de autoria do então presidente Alberto Stange Júnior, informa que após mais de uma década a revista volta a ser publicada. O autor agradece também a algumas empresas, pessoas e instituições pelo apoio à construção da nova sede.¹⁸⁷ A partir de 1983 (número 34), a RIHGES passa a ser publicada anualmente, sem nenhuma interrupção até a atualidade.

Sobre o aspecto gráfico da revista, há um artigo bastante elucidativo sobre as transformações promovidas pelo instituto ao longo do tempo. É objetivo dos autores a análise das mudanças de escolhas gráficas propostas pelo IHGES, tais como: capa, uso do brasão, disposição de textos, entre outras, que “refletem as mudanças na presidência, os grandes hiatos e a adequação dos projetos gráficos à contemporaneidade”.¹⁸⁸ O trabalho, produzido por alunos do curso de Desenho Industrial da Universidade Federal do Espírito Santo, além de pretender contribuir com a memória gráfica brasileira, observa que a revista

¹⁸⁷ Empresas: Construtora Glória Ltda., Dadalto, Dalla Bernardina, Encol S.A.; pessoas: Irmãos Neffa, Wilson Ramos e Rudy Maurer; e instituição: Banestes. Cf.: **RIHGES**, n. 31/33, 1982, s/p.

¹⁸⁸ PACHECO, Heliana; BARBOSA, Glenda; SANTOS, Paulo Fernando Reckel. RIHGES: impressões entre a tradição e a modernidade. **RIHGES**, Vitória, n. 66, p. 251, 2011.

capixaba inicialmente se assemelha à do IHGB, porém, ao longo dos anos, vai adquirindo características que conferem a ela identidade própria.

Em 2007 (número 61), a RIHGES se torna periódico técnico-científico, ou seja, possui a partir de então ISSN (International Standard Serial Number), que nas palavras do presidente da época, Leonardo Monjardim, “representa o ingresso da Revista na internacionalidade, participando doravante do círculo de produtores de textos científicos sobre história, geografia e ciências congêneres [...]”.¹⁸⁹

3.2 - Páginas de enaltecimento: Domingos José Martins na RIHGES

De todos os números da revista em questão, o primeiro é onde podemos encontrar um culto mais exacerbado à memória de Domingos José Martins. Isto é explicado por ser a edição de inauguração, na qual geralmente são expostos os objetivos do veículo criado. Logo no *Proêmio*, pode-se observar que o instituto afirma que “não lhe enriquecem as páginas artigos de alto valor científico ou literário”, mas “em grande parte deste primeiro número rende culto o Instituto à memória de Domingos Martins, heroico vulto da revolução pernambucana de 1817”.¹⁹⁰ Esta apresentação anuncia sobre o que virá no conteúdo da revista: 42 páginas com textos e discursos, em sua maioria, sobre o personagem e a Revolução, uma imagem de Domingos Martins ocupando uma página inteira e um poema de sua autoria.

Ao ler os títulos e adentrar aos textos, percebe-se que neles a Revolução é considerada grandiosa, precursora da República, carregada de valores republicanos e se ligava ao estado do Espírito Santo por meio de Domingos Martins – tais características compõem o que chamamos aqui neste trabalho de *recepção republicana* da Revolução.

Um dos textos que corroboram tal ideia é o *Refutações a Varnhagen, a Pereira da Silva e a Tollenare*, tópico do discurso de fundação proferido por Carlos Xavier Paes Barreto.¹⁹¹ Nele Varnhagen, que desqualificava o movimento, é duramente criticado:

[...] não importa a crítica injusta com que eminentes vultos têm encarado a revolução de 1817, a única revolução republicana que a denuncia não fez

¹⁸⁹ Editorial, **RIHGES**, n. 61, 2007.

¹⁹⁰ Proêmio, **RIHGES**, n. 1, 1917.

¹⁹¹ BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916 - *Refutações a Varnhagen, Pereira da Silva e a Tollenare*. **RIHGES**, Vitória, n. 1, 1917.

abortar. Não importa a indiferença com que o emérito historiador Visconde de Porto Seguro analysou-a, achando-a tão pouco sympathica que desejaria pol-a fora do quadro. É admirável, realmente, que um publicista dos méritos do autor da Historia Geral de Imperio pensasse em passar a pagina sem commentar, um movimento como o que se desenrolou em Pernambuco no governo de Caetano Pinto. Não foi porém o único cochilo do mestre [...].¹⁹²

E segue em seu texto fazendo digressões sobre as particularidades de Pernambuco, como lugar que atraiu os “espíritos livres” e que foi palco das rivalidades entre portugueses e brasileiros, afirmando “eu não quero traçar aqui o que foi a Odysséa de 6 de Março, a que faltou apenas o seu Homero. Ao raiar, o seculo 19 encontrava a nossa patria curvada á mais ferrenha prepotencia do reino portuguez”.¹⁹³ Para ele, de todas as obras sobre a Revolução, a melhor descrição do que ocorreu em 1817 está n’*A História da Revolução de 1817*, de Muniz Tavares, pois mesmo que este autor tenha sido testemunha ocular dos acontecimentos, “somente depois de 23 annos de reflexão, entregou sua obra ao juízo dos contemporâneos”.¹⁹⁴

É interessante notar que para Paes Barreto, o responsável por dar início a difamação de Domingos Martins foi Louis-François Tollenare pelos seguintes motivos:

- a) porque, elle é o primeiro a confessar, penalizado, a ausencia de exactidão em suas notas;
- b) porque detestava em principio as revoluções;
- c) porque os francezes residentes em Pernambuco, ao inverso dos inglezes, se mostraram contrarios ao movimento;
- d) por que, além disso, Tollenare sentiu-se melindrado com as medidas hostis, tomadas contra seus conterrâneos;
- e) porque foi prejudicado em seus interesses commerciaes;
- f) porque o seu brigue foi rejeitado para a exportação de família da America do Norte;
- g) porque escrever no próprio dia da revolução sem a reflexão precisa.

E temos ainda uma razão poderosa; é o rancor de Tollenare que, francamente, sem dissimular, affirmava sua aversão por Domingos Martins a ponto de preocupar-se até com a elegância deste que, no seu entender, a uma légua de distância, cheirava a *sans culottes*.¹⁹⁵

Percebe-se então, que ao mesmo tempo em que ele exalta Muniz Tavares, nega Tollenare, que também foi testemunha ocular, porém, escreveu no calor dos

¹⁹² BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916. *Op. cit.*, p. 8.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 10.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 29.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 8.

acontecimentos, sem uma reflexão meticulosa.¹⁹⁶

Ao longo dos demais textos, é curioso observar alguns dos adjetivos por meio dos quais tanto a Revolução quanto Domingos José Martins são referidos: *gloriosa data republicana*,¹⁹⁷ *movimento revolucionário mais completo até então*,¹⁹⁸ *Grande Vulto Histórico*.¹⁹⁹ Chegam até mesmo a colocar Martins junto aos personagens históricos Cromwell, José Bonifácio, Tiradentes, George Washington, Touissant - “todos os libertadores em summa dos povos occidentaes”.²⁰⁰

Seguindo nos aspectos do culto à memória de Martins, vemos que neste número ainda há uma imagem do herói e um poema, *Soneto do Patriota*, que, segundo o número, foi produzido por Martins durante a sua prisão.

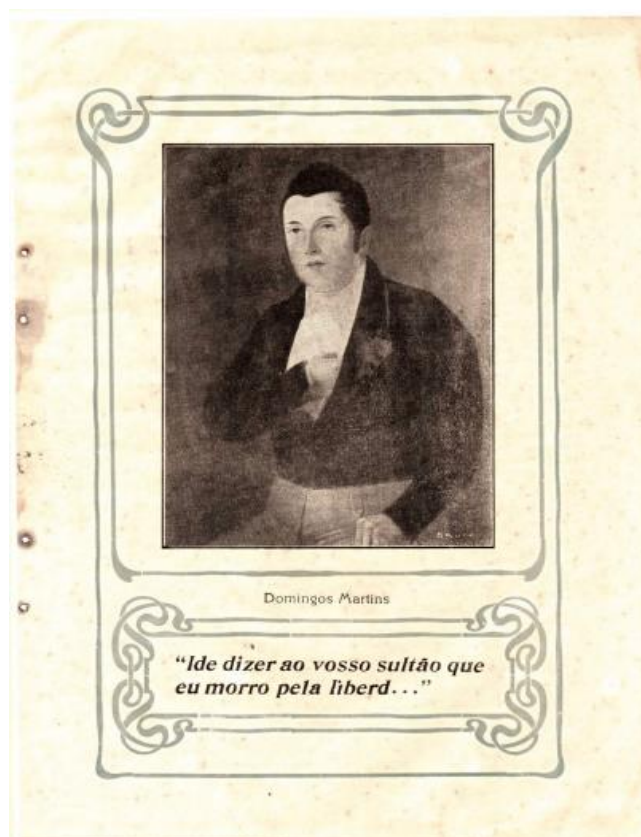


FIGURA 6: Imagem de Domingos José Martins. Fonte: elaborada pela autora.

¹⁹⁶ BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916. *Op. cit.*, p. 8.

¹⁹⁷ Proêmio, *op. cit.*, s/p.

¹⁹⁸ BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916. *Op. cit.*, p. 7.

¹⁹⁹ PEREIRA, Amancio. Reliquia preciosa. **RIHGES**, Vitória, n.1, 1917, p. 26.

²⁰⁰ BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916. *Op. cit.*, p. 23.

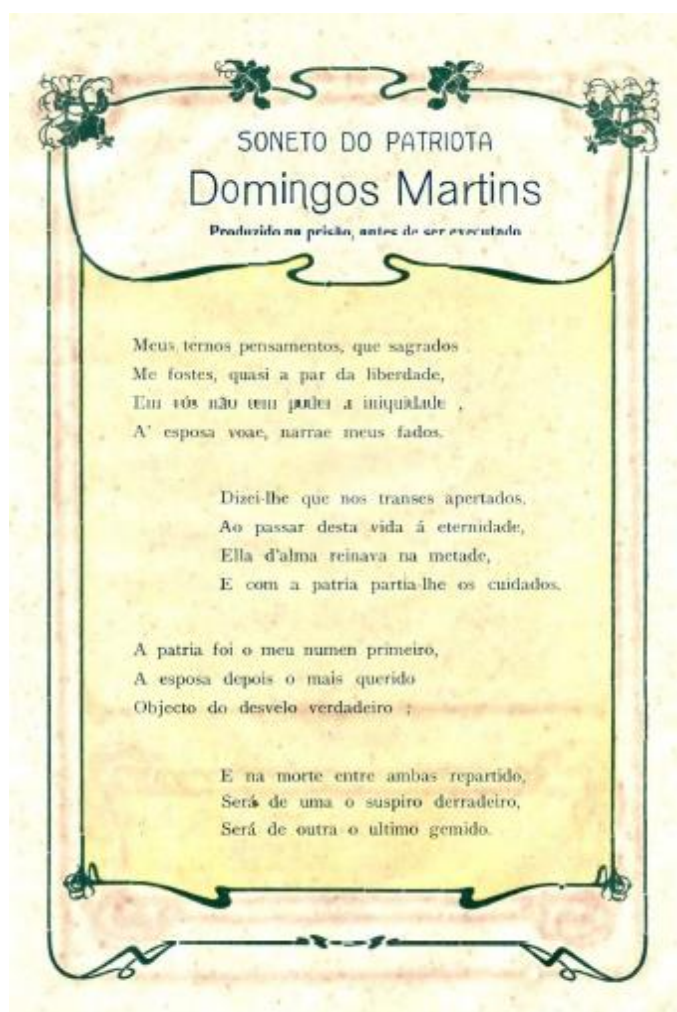


FIGURA 7: Soneto do Patriota.²⁰¹ Fonte: elaborada pela autora.

Nessa mesma edição da Revista também estão presentes a Ata de Fundação²⁰² e o cronograma de atividades do centenário de morte de Domingos Martins, realizada pelo instituto em parceria com o governo estadual,²⁰³ o que revela mais uma vez a proximidade entre as duas instituições. No dia das comemorações do centenário seria inaugurado um monumento ao herói, porém, não ficou pronto a tempo. A homenagem se tratava de uma escultura produzida por José Otavio Correia Lima, professor da Escola Nacional de Belas Artes (hoje Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro), inaugurada somente em 1922 e que hoje está na Praça João Clímaco, Centro de Vitória.²⁰⁴

²⁰¹ RIHGES, n.1, p. 19.

²⁰² *Ibidem*, p. 3.

²⁰³ Notas diversas, RIHGES, n. 1, p. 41.

²⁰⁴ LOPES, Almerinda da Silva. Ficção, significação estética e memória histórica no monumento a Domingos Martins. RIHGES, n. 64, p. 183-201, 2010.



FIGURA 8: Monumento a Domingos José Martins localizado no Centro de Vitória. Fonte: *Site TripAdvisor*.²⁰⁵

Ao longo da trajetória da Revista, percebemos que sempre foi mantido o discurso de exaltação à Martins, revelado tanto nas atas das reuniões quanto em discursos de posse ou aos pés do monumento nas datas de 12 de junho.

Em sua posse, o desembargador Josias Soares em 19 de julho de 1925, ao comentar sobre o aperfeiçoamento do Direito ao longo da história da humanidade, coloca Domingos Martins junto a eventos como “a invasão dos Hunos na Europa ocidental” e “figuras immortaes” como o Marquês de Pombal, Napoleão Bonaparte e Dom Pedro II, pois segundo ele, “é na trajectoria desses vultos, cujos nomes chegaram até nós, que outros vamos marchando para as conquistas liberaes do Direito”.²⁰⁶

Encontramos também a exaltação ao herói no discurso proferido pelo então general

²⁰⁵ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303320-d9851665-Reviews-Estatua_de_Domingos_Martins-Vitoria_State_of_Espirito_Santo.html#photos;aggregationId=101&albumid=101&filter=7&ff=205415128

²⁰⁶ Discurso de posse do desembargador Josias de Souza. **RIHGES**, Vitória, n. 3, p. 111-112, 1926.

Candido Rondon,²⁰⁷ que esteve em Vitória na ocasião do 8º Congresso Brasileiro de Geografia, no qual diz:

Nós aqui viemos, senhor Presidente, de longínquas paragens e do seio de povos irmãos, render carinhosa homenagem ao povo que empolga a atenção do Brasil [...] Povo lutador, que nascendo pequeno, aspira as mais elevadas posições no conceito da nacionalidade para melhor servir a Patria bem amada; Povo de aspirações cristalinas da mais pura Liberdade, esse que produziu o Patriota sem par, o grande Cidadão que formou na legião dos libertadores, como o mais arrebatado e legítimo representante da nossa raça, no seculo da construcção das Patrias Americanas – Domingos Martins, levanta-te do Pantheon da gloria, onde guardas a honra e a fé deste povo que cultua a tua imperecível memoria [...].²⁰⁸

Martins ainda é considerado “alto comerciante, sensato e progressista”,²⁰⁹ e que “não foi perdido o seu sacrifício dos bens e da própria vida, na luta contra o absolutismo português”;²¹⁰ em 1982, detentor de “espírito ardoroso e destemido”;²¹¹ em 1987, como numa prece em seu discurso, Hermógenes Fonseca diz:

Aqui estão mais uma vez os guardiões de tua casa – o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – para render homenagem à tua memória. Aqui estão, como todos os anos, a alimentar a lâmpada votiva dos teus ideais libertários e de teus companheiros na Revolução Pernambucana de 1817, no altar de nosso culto semanal [...] Sim, Domingos José Martins, os teus ideais jamais se apagarão e podemos repetir ainda que “somos tantos que de heróis fazemos pasto”, por muitos a sofrerem as torturas nos imundos cárceres ou no exílio saudoso da Pátria [...].²¹²

A exaltação do herói ocorreu também por parte de historiadores acadêmicos, como o caso de Gabriel Bittencourt. Nas revistas 38 (1987/88) e 60 (2005) o autor contribui com dois textos²¹³, discursos proferidos aos pés da estátua do herói, sendo o primeiro em 1983, possuindo três páginas, e o segundo, em 2006, com acréscimo de referências como

²⁰⁷ Candido Rondon (1865-1958) foi um militar brasileiro responsável por expedições que visavam a conhecer os sertões do Brasil, sobretudo a Amazônia e o Centro-Oeste, a fim de mapear o território e construir linhas de telégrafo. Para Armelle Enders, Rondon “pôs sua notoriedade a serviço de uma nova política em relação aos índios. Sua imagem construiu-se, pois, em torno de duas atividades distintas e complementares: a exploração de regiões desconhecidas do Brasil central e a política de assimilação pacífica dos ameríndios.” In.: ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação...** Op. cit., p. 265.

²⁰⁸ O número 6 é todo dedicado à programação do 8º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em 1928 em Vitória. **RIHGES**, Vitória, n. 6, 1929, p. 17.

²⁰⁹ FRAGA, Christiano Ferreira. Domingos Martins – um bi-centenário (1781-1817). **RIHGES**, Vitória, n. 31/33, p. 71, 1980/1982.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 73.

²¹¹ ELTON, Elmo. Domingos Martins (palavras proferidas pelo nosso consócio Elmo Elton, ao pé do monumento de Domingos José Martins, em Vitória, a 12 de junho de 1982). **RIHGES**, Vitória, n.34, p. 75, 1983.

²¹² FONSECA, Hermógenes Lima. Oração a Domingos José Martins. **RIHGES**, Vitória, n. 38, p. 95-97, 1987/1988.

²¹³ Cf. BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. Domingos José Martins e a revolução de 1817 (Discurso proferido junto ao monumento de Domingos José Martins, a 11 de junho de 1983, em Vitória). **RIHGES**, Vitória, n. 38, 1987/88; Domingos José Martins: sua origem e a conjuntura de 1817. **RIHGES**, Vitória, n.60, 2006.

Raymundo Faoro²¹⁴ e Silvio Romero²¹⁵, doze. Nos dois podemos encontrar muitas semelhanças, inclusive trechos idênticos, o que pode configurar uma espécie de auto-plágio. Como exemplo, em 1983, Bittencourt inicia:

Os textos em homenagem a Domingos José Martins, não raro privilegiam em cores vibrantes os quadros biográficos e fatuais do herói capixaba desprezando, porém, os tons pastéis infra-estruturais que compõem a conjuntura de 1817. A complexidade do processo histórico pertinente aos movimentos precursores da Independência, no entanto, só pode ser devidamente retratada no quadro em que todos estes tons se combinem. É este, portanto, o objetivo destas palavras: evidenciar também os tons intermediários que tornam vibrantes aquelas cores.²¹⁶

Por sua vez, em 2006, começa exatamente da mesma forma, alterando, porém alguns trechos:

Os textos em homenagem a Domingos José Martins privilegiam em cores vibrantes os quadros biográficos do herói capixaba, desprezando porém, os tons pastéis da infra-estrutura que se encontra substrato à conjuntura de 1817. A complexidade do processo histórico pertinente aos movimentos precursores da Independência, no entanto, só pode ficar devidamente retratada no quadro em que todos estes tons se combinem.²¹⁷

A partir destas amostras, pode-se inferir que a apologia à memória de Martins promovida pelo instituto se perpetua ao longo do tempo, como uma *tradição inventada*, conceito de Eric Hobsbawm e Terence Ranger.²¹⁸ Os autores definem este conceito como

Um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas [...] que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.²¹⁹

Ou seja, entendemos que o IHGES além de ter criado Domingos Martins, procurou manter uma tradição de culto a este personagem. Exemplo disso, além do texto, são os encontros que os membros fazem até os dias de hoje nos pés do monumento em todo 12 de junho para comemorar a data de morte de Martins.

A primeira problematização dentro do instituto quanto à escolha do patrono da instituição só ocorre no *número 54* (2000), no texto da autora Deane Costa.²²⁰ O artigo é iniciado com um epílogo de Varnhagen dizendo que a função do historiador não é adular a

²¹⁴ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. Domingos José Martins: sua origem... *Op. cit.*, p. 24.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 25.

²¹⁶ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. Domingos José Martins e a revolução... *Op. cit.*, p. 91.

²¹⁷ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. Domingos José Martins: sua origem... *Op. cit.*, p. 21.

²¹⁸ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 9.

²²⁰ COSTA, Deane Monteiro Vieira. Domingos Martins, um mártir para a república. **RIHGES**, n. 54, p. 127-131, 2000.

ninguém – só este início já se mostra diferente de tudo o que foi publicado e promovido pelo IHGES até então. Esta autora utiliza, em sua análise, assim como esta dissertação neste capítulo, as ideias de José Murilo de Carvalho para analisar a criação dos heróis por parte daquela pequena elite no início da República, e por fim, traz uma reflexão sobre o papel da História: “cabe, portanto, ao ensino de História apontar para a direção da construção de conhecimentos críticos e desconstrutores da universalização da história humana, resgatando as diferenças de interesse de grupos e de indivíduos”.²²¹

No entanto, parou por aí. Martins continuou e continua a ser glorificado pela instituição, sem nenhuma crítica histórica de seu verdadeiro papel. Aceitar e promovê-lo ele como herói é uma face de um problema contido na historiografia capixaba que está sendo percebido mais recentemente por meio dos estudos críticos de Rafael Cerqueira do Nascimento e José Pontes Schayder, os quais utilizaremos na próxima seção para guiar nossa análise.²²²

3.3 - Outros mitos na historiografia capixaba - um estado vitimizado

Partindo dos dois autores já mencionados - Nascimento e Schayder –, pode-se perceber o início de um movimento que chamamos aqui de “guinada crítica à historiografia capixaba”, pois há uma problematização de ideias consagradas em narrativas históricas do Espírito Santo que foram usadas tanto como projetos políticos, quanto absorvidas pelo imaginário popular. É a este movimento ao qual esta dissertação pretende se vincular quando propõe que a invenção de Domingos Martins como herói faz parte de um projeto das elites capixabas da Primeira República.

Para Nascimento o motor do discurso político-econômico do Espírito Santo se encontra na noção de “superação do atraso” presente na historiografia capixaba em três obras-mestras: *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes (1964), *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira (1975), *O Espírito Santo é assim*, de Neida Lúcia Borges (1971), pois a compreensão de que o Espírito Santo sempre foi desprestigiado politicamente, contribuiu para que fosse “sacralizada” a concepção de que o

²²¹ COSTA, Deane Monteiro Vieira. Domingos Martins, um mártir para a república... *Op. cit.*, p. 131.

²²² Cf. NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso**: um desafio historiográfico do Espírito Santo. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016; SCHAYDER, José Pontes. **Passado a limpo**: o estado capixaba e seu mito fundador. Cachoeiro de Itapemirim: Edição do autor, 2017.

estado precisa superar a condição a que foi relegado na e pela história. O autor mostra que nestes três autores a expectativa do futuro orientou a escrita do passado, sendo o período colonial o início do fracasso, e a república, o início do desenvolvimento²²³, e considera ainda que esta ideia serviu para orientar projetos políticos de poder, sobretudo a partir do final da década de 1960, com o incentivo à industrialização, o que para o trio de historiadores analisados, era o que efetivamente traria progresso ao estado.²²⁴

Schayder, de forma semelhante, também acredita que o discurso político é orientado por uma noção, porém, a de “mito fundador”. Tendo como base a interpretação dada a Vasco Fernandes Coutinho por quatro obras que considera de ficção: *Vilão Farto: o romance de Dom Vasco Fernandes Coutinho, infeliz primeiro Donatário da Capitania do Espírito Santo*, de Renato Pacheco (1991), *O capitão do fim*, de Luiz Guilherme Santos Neves (2001), *Vasco Fernandes Coutinho, uma biografia romanceada*, de Alvarito Mendes Filho (2006) e *Vasco: memórias de um precursor da globalização*, de Cláudio Lachini (2009), o autor considera que o donatário perseguido e fracassado é a personificação do que foi perpetuado no imaginário do povo capixaba sobre seu estado, que nunca conseguiu se destacar nacionalmente, sendo sempre um coadjuvante na política nacional.²²⁵

Os dois autores ainda chamam a atenção para os discursos políticos das elites no Espírito Santo, nos quais sempre é falado acerca de um futuro glorioso e promissor, mas que nunca chegou efetivamente. Para Schayder, esta crença no progresso é percebida desde o início do período republicano, pois “o projeto progressista das elites capixabas é um projeto burguês-capitalista; sim, um “futuro glorioso” para todos é sua promessa isca; *sim*, a crença nesse projeto futurista está na origem do mito fundador do Espírito Santo”²²⁶, e foi parte deste projeto também que o “mito fundador e a identidade coletiva se fundissem numa coisa só: a fixação pela ideia de abandono e perseguição”²²⁷, uma espécie de mantra repetido na historiografia e idealizado por uma figura importante para a consolidação da república em terras capixabas, Muniz Freire, que comandou o estado por dois mandatos, de

²²³ Cf. NASCIMENTO, Rafael. **A narrativa histórica da superação do atraso...** *Op. cit.*, p. 95.

²²⁴ *Ibidem*, p. 69-71.

²²⁵ SCHAYDER, José Pontes. **Passando a limpo...** *Op. cit.*, p. 70-91.

²²⁶ *Ibidem*, p. 129.

²²⁷ *Ibidem*, p. 132-3.

1892 a 1896 e 1900 a 1904.²²⁸

Freire se destacou por assumir um papel de defesa da projeção do estado frente a estados de maior expressão, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. José Cândido Sueth utiliza-se do conceito de “estado-satélite” para analisar a posição capixaba perante as outras unidades federativas nos discursos do político e aponta que ele considerava que o grande problema do estado era a dependência,²²⁹ pois sempre foi governado por pessoas de fora, não adquirindo autoridade própria, por isso, mantendo-se atrasado e excluído.²³⁰ Leandro Quintão,²³¹ na mesma direção, mostra que por parte da imprensa “era preciso fazer crer que a administração de Muniz Freire estava sendo um marco divisor na história do Espírito Santo, forjando a crença de que ele era o responsável por transformar uma pobre província em próspero Estado”.²³² Ou seja, de um estado inferior em importância e sem autonomia, o Espírito Santo experimentaria o progresso a partir da sua administração. Schayder ainda considera que Freire foi “o ardente profeta do *progresso*”,²³³ pois forjou uma retórica de impacto,²³⁴ ao insistir que a culpa do atraso do estado era de fatores externos, seja das províncias de maior prestígio, dos antigos presidentes da província e até mesmo do imperador Pedro II.

Não por acaso foi neste contexto que o IHGES foi criado. O herói analisado neste trabalho faz parte do anseio pelo progresso que a república representava. Martins sendo líder de uma revolução que pretendeu libertar o Brasil do jugo português representa essa busca pela *emancipação*, ou pelas palavras de Nascimento, *superação*. O patrono do instituto, ao contrário de Vasco Fernandes Coutinho, venceu. Saiu do solo capixaba e se projetou, participando de um evento que, de certo modo, mexeu com as estruturas do Império. Enquanto Coutinho é o passado sofrido, Martins é a promessa de um futuro redentor para o Espírito Santo.

Este trabalho, portanto, pretende contribuir a esses dois autores quando lança a hipótese de que o IHGES encontrou em Domingos Martins uma maneira de reforçar este discurso e - por que não? - promover uma narrativa de reação àquela saquarema, assim

²²⁸ SCHAYDER, José Pontes. **Passando a limpo...** *Op. cit.*, p. 146.

²²⁹ SUETH, José Cândido R. **Espírito Santo, um estado-satélite na Primeira República...** *Op. cit.*

²³⁰ *Ibidem*, p. 62.

²³¹ QUINTÃO, Leandro do Carmo. **Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo...** *Op. cit.*

²³² *Ibidem.*, p. 284.

²³³ SCHAYDER, José Pontes. **Passando a limpo...** *Op. cit.*, p.146

²³⁴ *Ibidem*, p. 148.

como as diversas narrativas regionais analisadas por Reis. Seguindo o que propõe José D’Assunção Barros acerca do papel da hipótese na investigação científica,²³⁵ temos que ela é “uma asserção *provisória*”,²³⁶ uma espécie de fio condutor que pode assumir diversas funções na pesquisa, dentre elas: a norteadora, “porque articula as diversas dimensões da pesquisa, funcionando como um verdadeiro ponto nodal no qual se encontram o tema, a teoria, a metodologia e os materiais ou fontes da pesquisa”,²³⁷ delimitadora, ao impor recortes específicos ao tema estudado, e complementadora, quando busca preencher lacunas na história. Sendo assim, entender a formação do instituto capixaba, a trajetória das interpretações de Domingos Martins ao longo dos séculos XIX e XX e a constituição de uma narrativa específica por meio das elite, é fundamental para a defesa desta hipótese.

O IHGES sempre esteve ligado e subvencionado, ora pelo governo estadual, ora pela prefeitura de Vitória. Esse seleto grupo de homens políticos foi responsável por criar, escrever e divulgar um passado conforme os interesses de quem o financia (em meados de 1916, por exemplo, exigia-se a afirmação do Espírito Santo perante o país sob a mão da oligarquia Monteiro), e hoje, mesmo que possa, não é possível ver o compromisso de escrever uma história crítica.

Desse modo, encerro a dissertação alertando para o cuidado que deve se ter com o discurso de um estado vitimizado, sempre em busca de um desenvolvimento inacabado - e que parece ser inalcançado -, pois ao invés de propor uma solução, acaba por estigmatizar o povo capixaba (atrasado, desconhecido, sem identidade) e retira dos governantes a responsabilidade de investir em educação, segurança e saúde, pois a culpa é sempre de um “outro”. Domingos José Martins, portanto, é uma construção e faz parte de um anseio de futuro que ainda está em andamento, sendo possível percebê-lo até mesmo no hino do estado: “Somos nós a falange do presente/ Em busca de um futuro esperançoso” ou, “Se as glórias do presente forem poucas/ Acenai para nós, posteridade!”

²³⁵ BARROS, José D’Assunção. As hipóteses nas Ciências Humanas – considerações sobre a natureza, funções e usos das hipóteses. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n. 7, 2008.

²³⁶ *Ibidem*, p. 152.

²³⁷ *Ibidem*, p. 154.



FIGURA 9: Monumento a Domingos José Martins na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.
Fonte: Foto disponibilizada por SILVA, Luana Vieira. Registro de 20 de mar. de 2018.

O povo capixaba precisa ser esclarecido de que o desenvolvimento precisa ser agora, no presente e os problemas que atingem o estado não podem ser projetados em um mito, mas sim, resolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisei e escrevi esta dissertação nos dois anos comemorativos dos centenários do IHGES, da RIHGES, bem como do bicentenário da Revolução Pernambucana. Por parte do povo capixaba, a quem o herói foi destinado, não observei nenhuma comemoração por nenhum destes eventos. Em 2016 o IHGES realizou um colóquio em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em História para comemorar seus 100 anos de fundação do instituto e em 2017 também houve um evento promovido pela mesma instituição sobre os 100 anos da Revista.

Enquanto isso, em 2017, a historiografia assistiu à publicação de vários textos sobre o bicentenário da Revolução Pernambucana, podendo ser destacados o balanço historiográfico feito por Breno Gontijo Andrade,²³⁸ e a conferência proferida por Jurandir Malerba acerca da recepção do evento como fato histórico.²³⁹

No mais, quero chegar ao ponto de que Domingos Martins é quase um desconhecido pelos capixabas. Sobre este nome, só o município da região serrana é lembrado. Em suma, acredito que a invenção do herói, glorioso, mártir, precursor, ousado não funcionou para fora do IHGES. Outros personagens foram melhor mobilizados e conseguiram, de fato, se tornar símbolos no imaginário popular.

Posso citar três exemplos. O primeiro é o padre Anchieta, que possui além da cidade que leva seu nome, um Santuário e o *Passos de Anchieta*, evento que leva centenas de pessoas a refazerem o caminho deste religioso – centenas de pessoas vêm de todo o Brasil às terras capixabas para uma caminhada de quatro dias. A segunda é Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo, senhora do nosso ponto turístico mais conhecido, nome de várias avenidas – cito como exemplo no bairro Ibes em Vila Velha, e a principal via de Vitória -, de um feriado e da terceira maior festa religiosa do Brasil. E por que não, Roberto Carlos? O capixaba, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, que é considerado o *rei da música brasileira*, é motivo de orgulho para muitos conterrâneos. Não se pode negar que estes três parecem significar mais para os capixabas do que Domingos Martins.

É a partir da produção que emerge do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo que este discurso começa a mudar. As dissertações e teses produzidas neste espaço começaram a problematizar e relativizar ideias já

²³⁸ ANDRADE, Breno Gontijo. Duzentos anos de 1817... *Op. cit.*

²³⁹ MALERBA, Jurandir. **Revisitando a Revolução de 1817**: tempos e narrativas da construção de um fato histórico. *In.*: I Jornadas de Teoría e Historia de La Historiografía. Montevideo, 2017.

consagradas, o que Nascimento chama de “narrativas críticas da história do Espírito Santo”.²⁴⁰ E é a este grupo que a pesquisa apresentada nesta dissertação pretende dar sua contribuição, afinal, não podemos considerar que Domingos Martins seja um herói que represente o passado capixaba sem questionamentos. Por isso, aqui quis propor uma análise historiográfica que desnaturaliza e questiona o simbolismo criado em torno de Martins.

Também quis mostrar neste trabalho que Domingos José Martins, além de um participante da Revolução, foi um produto criado, forjado, enfim, inventado por uma elite dirigente do Espírito Santo, que naquele momento queria se perpetuar nos espaços de poder. E como tinham espaço no âmbito cultural e intelectual, no caso, o IHGES, utilizaram-se deste meio para escrever um passado glorioso para os capixabas por meio daquele personagem que personificava as ideias republicanas. Domingos Martins foi inventado por poucos e representava esses poucos, talvez por isso o povo, alheio ao processo, não o compreendeu como herói, preferindo associar a sua identidade à Anchieta, a Virgem da Penha ou até mesmo a Roberto Carlos, personagens e temas que carecem ainda de investigações mais robustas.

²⁴⁰ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso...** *Op. cit.*, p. 219-220.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

A Dansa, **Diário da Manhã**, 7 de outubro de 1909.

A Sucessão Presidencial. **Diário da Manhã**, 21 jan. 1916..

Acervo de Carlos Xavier Paes Barreto.

Actos Officiaes, **Diário da Manhã**, 27 de fevereiro de 1910.

Arquivo CEPE. 200 anos Revolução Republicana. Referências bibliográficas e documentais. Disponível em:

<http://www.acervocepe.com.br/download/Tabela%20geral%201817.pdf>

BAHIENSE, Norbertino. **Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817**. Belo Horizonte: [s. n.], 1974.

Carnaval, **Diário da Manhã**, 06 de fevereiro de 1910.

CLAUDIO, Affonso. **História da litteratura espírito-santense**. Porto: Officinas do “Commercio do Porto”, 1912. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt30cb.pdf>

D. Fernando Monteiro – Missas funebres – Exequias – Seu enterramento – Outras notas. **Diário da Manhã**, 30 de mar. de 1916.

Domingos Martins. **A Provincia do Espírito Santo**, n. 38, 11 de junho de 1882, capa.

Feriado estadual em homenagem à Revolução Pernambucana de 1817 vira lei. G1. <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/lei-institui-revolucao-pernambucana-de-1817-como-feriado-estadual.ghtml>

MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução. In.: **História da Revolução Pernambucana em 1817**. 2 ed. Recife: Typ. Industrial, 1884.

Manifesto Republicano. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, n. 37, p. 55, 2009.

Mar, **Diário da Manhã**, 18 de setembro de 1909.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os martires pernambucanos**: vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. Pernambuco: Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1853.

MUNIZ TAVARES, Francisco. **História da Revolução Pernambucana de 1817**. 2 ed. Recife: Typ. Industrial, 1884.

Precizo dos sucessos, que tiverão lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriozíssima Revolução opetada felizmente na Praça do Recife, aos 6 do corrente Mez de Março, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brazil o monstro infernal da Tirania Real. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1311707/mss1311707.pdf

TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicaes**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Casa de E & H Lammert, 1857.

Demais publicações:

A Sucessão Presidencial. **Diário da Manhã**, 21 jan. 1916, capa.

ABREU, Alzira Alves de (Coordenadora geral). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**: Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Acta da fundação, em 12 de Junho de 1916 do Instituto Histórico e Geographico do Estado do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 1, p. 2, 1917.

ALBERNAZ, Cássio. Da história política dos grandes homens a prosopografia das elites políticas: considerações historioráficas e metodológicas. *In.*: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um mestre de rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 144-153, 2013.

ANDRADE, Breno Gontijo. **A guerra das palavras**: cultura oral e escrita na Revolução de 1817. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ANDRADE, Breno Gontijo. Duzentos anos de 1817: caminhos historiográficos e algumas discussões sobre a Revolução Pernambucana. **Opsis**, Goiás, v. 17, n. 1, p. 121-134, 2017.

ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lúcia Maria Paschoal Guimarães. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 3, p. 237-258, 2009.

ARAÚJO, Valdei. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.12, p. 34-44, 2013.

ATHAYDE, Antonio. As cinzas do Padre Anchieta. **RIHGES**, n. 7, p. 175-183, 1934.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. A nossa homenagem. **RIHGES**, n. 4, p. 28, 1925.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916 - Refutações a Varnhagen, Pereira da Silva e a Tollenare. **RIHGES**, Vitória, n. 1, 1917.

BARROS, José D'Assunção. As hipóteses nas Ciências Humanas – considerações sobre a natureza, funções e usos das hipóteses. **Sísifo – Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 7, p. 151-162, 2008.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

BEVILACQUA, Clóvis. Feriados no Brasil. **O Malho**, 1de maio de 1926.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. Domingos José Martins e a revolução de 1817 (Discurso proferido junto ao monumento de Domingos José Martins, a 11 de junho de 1983, em Vitória). **RIHGES**, Vitória, n. 38, 1987/88.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. Domingos José Martins: sua origem e a conjuntura de 1817. **RIHGES**, Vitória, n. 60, 2006.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRANDÃO, Noêmia Paes Barreto. **Ciência e humanismo em Carlos Xavier Paes Barreto (1881-1981)**. Rio de Janeiro: Continente Editorial, [s/d.].

CABRAL, Flávio José Gomes. “HIGHLY IMPORTANT! REVOLUTION IN BRAZIL”: a divulgação da república de Pernambuco de 1817 nos Estados Unidos. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Pernambuco, n. 33, p. 5 – 22, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, 2007.

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. Domingos Martins, um mártir para a república. **RIHGES**, n. 54, p. 127-131, 2000.

DUMOULIN, Olivier. Revistas históricas. In.: BURGUIÈRE, André. **Diccionario Akal de ciencias históricas**. Madrid: Akal S.A, 1991.

ELTON, Elmo. Domingos Martins (palavras proferidas pelo nosso consócio Elmo Elton, ao pé do monumento de Domingos José Martins, em Vitória, a 12 de junho de 1982). **RIHGES**, Vitória, n. 34, 1983.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FILHO, Namy Chequer Bou-Habib. **A Revolta do Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916)**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

FONSECA, Hermógenes Lima. Oração a Domingos José Martins. **RIHGES**, Vitória, n. 38, 1987/1988.

FRAGA, Adolfo. D. Pedro II, o magnânimo. **RIHGES**, n. 4, p. 40-46, 1925.

FRAGA, Christiano Ferreira. Domingos Martins – um bi-centenário (1781-1817). **RIHGES**, Vitória, n. 31/33, 1980/1982.

FRAGA, Cristiano Woeffel. **Maçonaria do Espírito Santo**. Vitória: Ita, 1995.

FRANÇA, Wanderson Édipo de. Gente do povo em Pernambuco: da revolução de 1817 à confederação de 1824. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Pernambuco, n. 33, p. 23 – 44, 2015.

GERALDINO, Samuel Mateus Gerencsez. **Os relatos de viagem entre a norma e o gosto: os viajantes franceses e a alimentação no Brasil do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia história da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto**

Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a república: a Revolução de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In.*: LESSA, Mônica; Fonseca, Silvia (org.). **Entre a monarquia e a república**: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). **ArtCultura**, Uberlândia, n. 25, p. 37-49, 2012.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 147 – 170, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. *In.*: HEINZ, Flávio (org.). **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 73 – 100, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2006.

KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1 – 11, 2003.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LOPES, Almerinda da Silva. Ficção, significação estética e memória histórica no monumento a Domingos Martins. **RIHGES**, Vitória, n. 64, p. 183-201, 2010.

MALERBA, Jurandir. **Revisitando a Revolução de 1817: tempos e narrativas da construção de um fato histórico**. In.: I Jornadas de Teoría e Historia de La Historiografía. Montevideo, 2017.

MALERBA, Jurandir. Teoria da história e da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e a história da historiografia**. 2 ed. Curitiba: Prismas, 2016.

Manifesto Republicano. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, n. 37, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves. A Modernidade Republicana. **Tempo**, Niteroi, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

MENEQUINI, Eric; ÁVILA, Simone da Silva; SILVA; Paulo José da. **Procuradores-Gerais do Ministério Público do Espírito Santo (1909-2009)**. Vitória: MPES, 2010.

MENESES, Hérick Dayann Moraes de. **As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme. Presença francesa em Recife em 1817. **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, Toulouse, v. 15, n. 1, p. 53, 1970.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Estudos de cultura espírito-santense II: de livros, leituras e leitores**. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo: Vitória, 2016.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Para que tantas gerações não passem quase obscuramente**: reflexões sobre o IHGES. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2014.

NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil**: do fim do império ao alvorecer da República (1870-1940). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7 – 28. 1993.

NUNES, Cleto; FREIRE, Muniz. Domingos José Martins. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 11 junho 1882.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O atual papel do Instituto Histórico. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil**: do fim do império ao alvorecer da República (1870-1940). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O atual papel do Instituto Histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 76, n. 2, 1913.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 283 – 298. 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PACHECO, Heliana; BARBOSA, Glenda; SANTOS, Paulo Fernando Reckel. RIHGES: impressões entre a tradição e a modernidade. **RIHGES**, Vitória, n. 66, p. 235-251, 2011.

Programma organizado pelo Instituto Historico e Geographico do Espírito Santo, para a festa cívica a realizar-se no dia 12 de Junho em comemoração ao centenário da morte de Domingos Martins, grande vulto da revolução pernambucana de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n.1, 1917.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo**: a

configuração da liderança de Moniz Freire. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. A revolução pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 1, p. 289 – 308, 2017.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 391-413, 2000.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5 – 27, 1988.

SCHAYDER. José Pontes. **Passado a limpo: o estado capixaba e seu mito fundador**. Cachoeiro de Itapemirim: Edição do autor, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e argumento**. Santa Catarina, v.2, n.1, p. 3-20, 2010.

SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto geográfico e histórico da Bahia: origens e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na *História Geral do Brasil* (1854-1857;1877)**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SILVA, Luiz Geraldo; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 143 – 163, 2010.

SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 a 1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2015.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O império das repúblicas**: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In.: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUSA, Francisco Gouvea de. **Proclamação e revolta**: recepções da república pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de sociologia política**. Curitiba, n. 39, p. 115 – 137, 2011.

SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado satélite na primeira república**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, p. 78-95, 2013.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre a ideia de pátria, país e nação. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 58 – 91, 2003.